



**DIAGNÓSTICO DO ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA  
DA RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA, IDENTIFICANDO OS  
CUSTOS E RECEITAS DOS ATORES ENVOLVIDOS**

**(PRODUTO 2)**

Equipe:

João Carlos de Pádua Andrade – Coordenador  
Paulo Sérgio Vila Nova Souza – Economista  
Carlos Alberto Bernardo Mesquita – Profissional de Restauração  
Alessandro Coelho Marques – Geoprocessamento

**Itabuna, maio de 2019.**

## **APRESENTAÇÃO**

Este relatório, em acordo com o Plano de Trabalho aprovado no âmbito contrato 085/2018 e seu Anexo 2, TDR Nº 2017.0808.00034-5/2018 do FUNBIO, apresenta o diagnóstico da área do MAPES realizado através de levantamento e sistematização de dados, primários e secundários. Demonstra o atual estágio de desenvolvimento da cadeia da recuperação da vegetação nativa (coleta de sementes, produção de mudas nativas e implementação de projetos de recuperação) na região.

Embora a portaria nº 492/2010 do MMA estabeleça o MAPES nos municípios de Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabrália este trabalho também considerou os municípios que estão em seu entorno, como Eunápolis, Itabela e Itamaraju por entender que as dinâmicas que envolvem a cadeia da recuperação da vegetação nativa extrapolam os limites do mosaico. Em função da existência de importantes atores relacionados a cadeia em outras regiões, foram realizados levantamentos nos municípios de Teixeira de Freitas, onde está a sede do Programa Arboretum, e em Uruçuca, onde está localizado o Instituto Biofábrica de Cacau.

Os resultados estão apresentados através de textos, imagens, fluxograma, tabelas, mapas e gráficos. Esse conjunto de informações almeja a compreensão de todo o contexto socioeconômico, ambiental e político que envolve a cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa no MAPES.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....  | 2  |
| <b>LISTA DE FIGURA</b> .....   | 4  |
| <b>LISTA DE TABELA</b> .....   | 6  |
| <b>LISTA DE SIGLAS</b> .....   | 7  |
| <b>1. CARACTERIZAÇÃO GEOECONÔMICA DO MAPES</b> .....                       | 9  |
| 1.1 Contextualização histórica da região .....                             | 9  |
| 1.2 Reuniões com atores do MAPES para apresentação da consultoria .....    | 14 |
| 1.3 Perfil demográfico e econômico da região do MAPES .....                | 15 |
| 1.4 Silvicultura e agropecuária .....                                      | 18 |
| 1.5 Planos, programas, projetos e oportunidades para a região do MAPES.... | 23 |
| 1.6 Análise da cobertura e uso da terra a partir de monitoramento.....     | 28 |
| 1.7 Conflitos socioambientais na região do MAPES .....                     | 31 |
| <b>2 ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO</b> .....            | 34 |
| <b>3 CADEIA PRODUTIVA DA RECUPERAÇÃO FLORESTAL</b> .....                   | 39 |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 46 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 47 |

## LISTA DE FIGURA

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Área de Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia nos anos de 1945, 1974 e 1992 .....                                 | 9  |
| Figura 2 – Distribuição espacial de UC no MAPES.....  | 13 |
| Figura 3 – Aldeias Pataxó localizadas no MAPES .....  | 14 |
| Figura 4 – Reunião com a instituição Natureza Bela. Itabela, 15/2/19. ....  | 14 |
| Figura 5 – Reunião com Veracel e ICMBIO. Porto Seguro, 15/2/19. ....  | 14 |
| Figura 6 – Reunião no Programa Arboretum. Tx. de Freitas, 19/2/19. ....   | 14 |
| Figura 7 – Oficina do Fórum Florestal. Porto Seguro, 22/3/19. ....  | 14 |
| Figura 8 – Vulnerabilidade social da população do MAPES no ano de 2010...   | 16 |
| Figura 9 – Níveis de pobreza existentes no MAPES no ano de 2010.....  | 16 |
| Figura 10 – Índice de Gini e renda per capita no MAPES no ano de 2010 .....   | 17 |
| Figura 11 – Principais setores absorvedores de mão de obra no MAPES.....  | 17 |
| Figura 12 – Demonstração da Zona Turística Costa do Descobrimento .....   | 18 |
| Figura 13 – Taxa de expansão e áreas com silvicultura nos municípios do MAPES no período de 1990 a 2013.....                  | 18 |
| Figura 14 – Exportação baiana de Papel e Celulose no período de 2000 a 2015 .....   | 19 |
| Figura 15 – Crescimento anual e áreas de diferentes cultivos agrícolas nos municípios do MAPES no período de 2001 a 2016..... | 20 |
| Figura 16 – Participação dos principais produtos no PIB municipais em 2016  | 21 |
| Figura 17 – Estrutura fundiária do MAPES em 2018.....   | 22 |
| Figura 18 – Uso e Ocupação da Terra dos municípios do MAPES em 2016 ...   | 23 |
| Figura 19 – Territórios de Identidade da Bahia com a respectiva quantidade de municípios de acordo ao PPA-P 2016-2019.....    | 24 |
| Figura 20 – Ações e estrutura do Programa Arboretum.....  | 26 |
| Figura 21 – Ações de restauração da instituição Natureza Bela.....  | 26 |
| Figura 22 – Viveiro da Biofábrica e processo de produção de mudas .....   | 27 |
| Figura 23 – Cobertura e uso da terra nos municípios do MAPES, 2013 .....  | 31 |
| Figura 24 - Situação legal das APP nos municípios do MAPES, segundo SICAR .....   | 36 |
| Figura 25 - RL dos municípios do MAPES, registradas no SICAR.....   | 37 |
| Figura 26 – Cadeia Produtiva da Restauração na região do MAPES .....  | 39 |

|  |    |
|--|----|
| Figura 27 – Distribuição dos atores entrevistados.....   | 41 |
| Figura 28 – Viveiro na área do MAPES.....  | 42 |
| Figura 29 – Área recuperada no PARNA Pau Brasil .....  | 43 |
| Figura 30 – Dia de campo do Natureza Bela.....   | 43 |
| Figura 31 – Demonstração do reflorestamento da Symbiosis Investimentos<br>localizada em Porto Seguro ..... | 44 |
| Figura 32 – Análise SWOT da Cadeia Produtiva da Recuperação do MAPES                                       | 45 |

## LISTA DE TABELA

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 - Unidades de Conservação públicas no Extremo Sul da Bahia .....         | 10 |
| Tabela 2 - RPPN no Extremo Sul da Bahia, reconhecidas até o ano de 2016 .....     | 11 |
| Tabela 3 - Unidades de Conservação do MAPES.....                                  | 12 |
| Tabela 4 - Terras Indígenas no MAPES.....   | 13 |
| Tabela 5 - Características da população dos municípios do MAPES .....             | 15 |
| Tabela 6 – Pecuária desenvolvida nos municípios do MAPES .....                    | 20 |
| Tabela 7 – Renda média anual gerada pelos principais produtos no ano de 2016..... | 21 |
| Tabela 8 - Distribuição da Cobertura e uso da terra no MAPES no ano de 2013.....  | 30 |
| Tabela 9 - Abrangência dos registros de propriedades rurais no SICAR, 2019.....   | 35 |
| Tabela 10 - Situação das RL e APP cadastradas no SICAR até abril 2019 .....       | 35 |
| Tabela 11 – Cobertura e uso da terra em 2013, nas APP registradas no SICAR.....   | 36 |
| Tabela 12 - Cobertura e uso da terra em 2013, nas RL registradas no SICAR .....   | 37 |
| Tabela 13 - Propriedades em áreas prioritárias para recuperação no PMMA .....     | 38 |
| Tabela 14 - Propriedades em APP e RL para restauração no PMMA .....               | 38 |
| Tabela 15 – Atores da Cadeia Produtiva da Restauração do MAPES .....              | 40 |

## LISTA DE SIGLAS

ADT – Agentes de Desenvolvimento Territorial  
APA – Área de Proteção Ambiental  
APP – Área de Preservação Permanente  
BIOFÁBRICA – Instituto Biofábrica de Cacau  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CCMA – Corredor Central da Mata Atlântica  
CEDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial  
CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais  
CET – Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia  
CEPLAC – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira  
CONDESC – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Costa do Descobrimento  
CONSTRUIR – Consórcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia  
DPT – Diretoria de Planejamento Territorial  
FOB – Free on Board  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis  
IBIO – Instituto Bioatlântica  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
ISA – Instituto Socioambiental  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MAPES – Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia  
MDPS – Movimento de Defesa de Porto Seguro  
MF – Módulo Fiscal  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MPE – Ministério Público Estadual  
NUMA – Núcleo Mata Atlântica  
ODK – Open Data Kit  
ONG – Organizações Não Governamentais  
PARNA – Parque Nacional  
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PLANAVEG – Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa  
PMMA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica  
PPA – Plano Plurianual  
PPA-P – Plano Plurianual Participativo  
PROVEG – Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa

PTDRS – Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável  
RL – Reserva Legal  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio do Natural  
RVS – Reserva de Vida Silvestre  
RESEX – Reserva Extrativista  
REVIS – Refúgio de Vida Silvestre  
SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente  
SEPLAN – Secretaria do Planejamento  
SPE – Superintendência de Planejamento Estratégico  
SICAR – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural  
SFB – Serviço Florestal Brasileiro  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
UA – Unidade Animal  
UC – Unidades de Conservação  
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia  
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

# 1. CARACTERIZAÇÃO GEOECONÔMICA DO MAPES

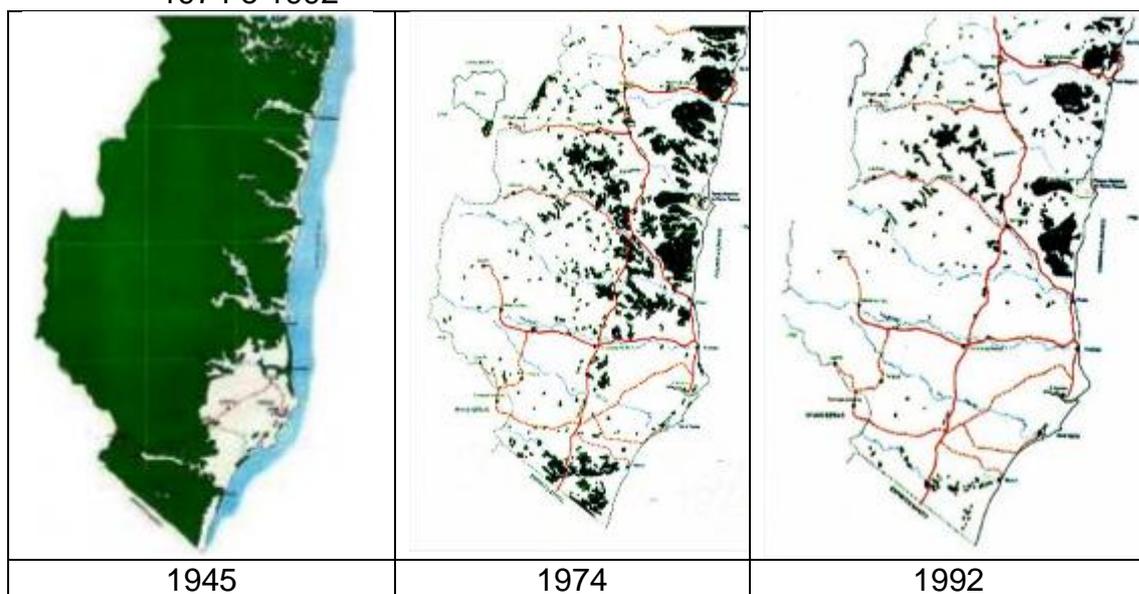
## 1.1 Contextualização histórica da região

A região Extremo Sul da Bahia teve seu processo de desenvolvimento regional tardio, apresentando seus primeiros passos a partir de 1950, com a criação, mais ao interior da região, de 13 dos atuais 21 municípios (PEDREIRA, 2008). Até então, em função das dificuldades logísticas, a dinâmica socioeconômica local acontecia no litoral, sem condições de desenvolver um processo de interiorização, favorecendo a manutenção das florestas nativas da Mata Atlântica.

Com os novos povoamentos iniciou-se um processo de expansão regional do litoral para o interior, desenvolvendo novas áreas de agricultura e pastagem, ampliando o processo de exploração da floresta nativa. A partir deste momento, inicia-se a atividade madeireira a qual vai se estruturando com o passar do tempo, tanto para a extração como para o beneficiamento da madeira, recebendo incentivos fiscais do governo estadual e investimentos do Banco do Nordeste, chegando a ser a principal atividade econômica da região na década de 1950 (IBGE, 1959).

O processo de exploração das florestas nativas existentes na região não apresentava procedimento devidamente planejado que buscasse um uso sustentável das matas a longo prazo. A expansão da pecuária e agricultura, a implantação de florestas homogêneas e a construção da BR 101 em 1973, promoveram um acelerado desmatamento, reduzindo drasticamente o volume de florestas existentes na região (Figura 1).

Figura 1 - Área de Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia nos anos de 1945, 1974 e 1992



Fonte: CEPLAC (2008)

Nas últimas décadas, a região passou por grandes transformações, com a conversão de áreas para silvicultura, produção de frutas, café, entre outras. Neste momento as plantações de eucalipto se consolidam na região e a destruição dos remanescentes da Mata Atlântica cresce. Apesar da acentuada degradação de suas florestas, a região ainda abriga o maior conjunto de remanescentes de florestas do nordeste brasileiro, além das mais ricas formações coralíneas do Atlântico Sul. Unidades de conservação foram criadas com intuito de manter esses blocos de florestas e a biodiversidade que ainda restam na região, sendo 5 Parques, 2 Reservas Extrativistas, 1 Refúgio de Vida Silvestre e 2 Áreas de Proteção Ambiental, conservando uma área de aproximadamente 334 mil hectares (Tabela 1).

Tabela 1 - Unidades de Conservação públicas no Extremo Sul da Bahia

| Unidade de Conservação                         | Área (ha)  | Municípios                         | Gestão          |
|--|------------|------------------------------------|-----------------|
| Parque Nacional Pau Brasil                     | 18.935,55  | Porto Seguro                       | ICMBIO          |
| Parque Nacional e Histórico Monte Pascoal      | 22.240,67  | Porto Seguro                       | ICMBIO          |
| Parque Nacional do Descobrimento               | 22.693,97  | Prado                              | ICMBIO          |
| Reserva Extrativista Marinha do Corumbau       | 89.996,76  | Prado                              | ICMBIO          |
| Reserva Extrativista de Cassurubá              | 100.767,56 | Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa  | ICMBIO          |
| Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades       | 898,67     | Porto Seguro                       | ICMBIO          |
| Área de Proteção Ambiental de Caraíva-Trancoso | 31.900     | Porto Seguro                       | SEMA            |
| Área de Proteção Ambiental Coroa Vermelha      | 4.100      | Sta. Cruz de Cabrália/Porto Seguro | SEMA            |
| Parque Municipal Marinho do Recife de Fora     | 1,7        | Porto Seguro                       | PM Porto Seguro |
| Parque Nacional do Alto Cariri                 | 19.238,02  | Guaratinga                         | ICMBIO          |
| Área de Proteção Ambiental de Santo Antônio    | 23.000     | Sta. Cruz de Cabrália e Belmonte   | SEMA            |
| Área total                                     | 333.772,90 |                                    |                 |

Soma-se a esse esforço de manutenção da biodiversidade o empenho de atores privados que converteram parte de seus imóveis rurais em unidades de conservação. Até o ano de 2016, existiam aproximadamente 13 mil hectares de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no Extremo Sul baiano (Tabela 2). Entre elas, destaque para a Estação Veracel com os seus 6.069 hectares, o que lhe atribui o título de maior RPPN do Nordeste e a segunda no Bioma Mata Atlântica.

Tabela 2 - RPPN no Extremo Sul da Bahia, reconhecidas até o ano de 2016

| RPPN                     | Área      | Município    | Reconhecimento |
|--------------------------|-----------|--------------|----------------|
| Fazenda Pindorama        | 47,00     | Itabela      | IBAMA          |
| Mata Atlântica da Manona | 7,00      | Porto Seguro | IBAMA          |
| Portal Curupira          | 50,00     | Porto Seguro | IBAMA          |
| Rio Jardim               | 6,93      | Porto Seguro | IBAMA          |
| Estação Veracel          | 6.069,00  | Porto Seguro | IBAMA          |
| Carroula                 | 14,73     | Prado        | IBAMA          |
| Rio do Brasil I          | 88,77     | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Rio do Brasil V          | 54,40     | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Rio do Brasil III        | 356,96    | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Rio do Brasil II         | 400,78    | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Rio do Brasil IV         | 74,69     | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Jacuba Velha             | 83,58     | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Bom Sossego III          | 26,12     | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Bom Sossego II           | 53,66     | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Reserva Terravista II    | 144,17    | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Reserva Terravista I     | 218,36    | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Rio da Barra             | 144,06    | Porto Seguro | ICMBIO         |
| Triângulo                | 56,78     | Prado        | ICMBIO         |
| Santa Maria I            | 96,49     | Prado        | ICMBIO         |
| Santa Maria II           | 158,52    | Prado        | ICMBIO         |
| Santa Maria III          | 159,68    | Prado        | ICMBIO         |
| Riacho das Pedras        | 396,69    | Prado        | ICMBIO         |
| Primavera                | 497,53    | Prado        | ICMBIO         |
| Primavera I              | 499,80    | Prado        | ICMBIO         |
| Cahy                     | 497,53    | Prado        | ICMBIO         |
| Flor do Norte I          | 304,18    | Prado        | ICMBIO         |
| Flor do Norte II         | 170,60    | Prado        | ICMBIO         |
| Três Morenas             | 35,46     | Porto Seguro | INEMA          |
| Fazenda do Cahy          | 83,28     | Prado        | INEMA          |
| Lembrança II             | 36,23     | Porto Seguro | INEMA          |
| Fernandes I, II e III    | 588,59    | Prado        | INEMA          |
| Rancho Letty             | 18,90     | Prado        | INEMA          |
| Corumbau I               | 164,41    | Prado        | INEMA          |
| Paraíso I                | 59,12     | Porto Seguro | INEMA          |
| Corumbau                 | 29,39     | Prado        | INEMA          |
| Demuner                  | 210,02    | Prado        | INEMA          |
| Pianissoli               | 217,64    | Prado        | INEMA          |
| Engelhardt               | 392,62    | Prado        | INEMA          |
| Lembrança                | 19,45     | Porto Seguro | INEMA          |
| Renascença               | 264,56    | Porto Seguro | INEMA          |
| Reserva Bronzon          | 150,55    | Prado        | INEMA          |
| Reserva Bozi             | 35,60     | Prado        | INEMA          |
| Área total               | 12.983,83 |              |                |

Os mosaicos de unidades de conservação foram planejados com o propósito de estabelecer uma gestão integrada e fortalecer as áreas protegidas, aproximando instituições, entes federativos e, principalmente, pessoas, unindo esforços coordenados em torno das demandas de gestão e conservação, otimizando os recursos e expertises disponíveis em cada uma das unidades. O artigo 26 da Lei Federal nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000), que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece que:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de diferentes categorias ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Em virtude da existência de algumas unidades de conservação e áreas protegidas no Extremo Sul da Bahia, viu-se a oportunidade de aplicação deste instrumento legal, e em 17/12/2010 o Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES) foi reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente através da Portaria nº 492 (BRASIL, 2010). De acordo com esta portaria, o MAPES abrange os municípios de Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabrália, envolvendo 12 áreas protegidas (Tabela 3).

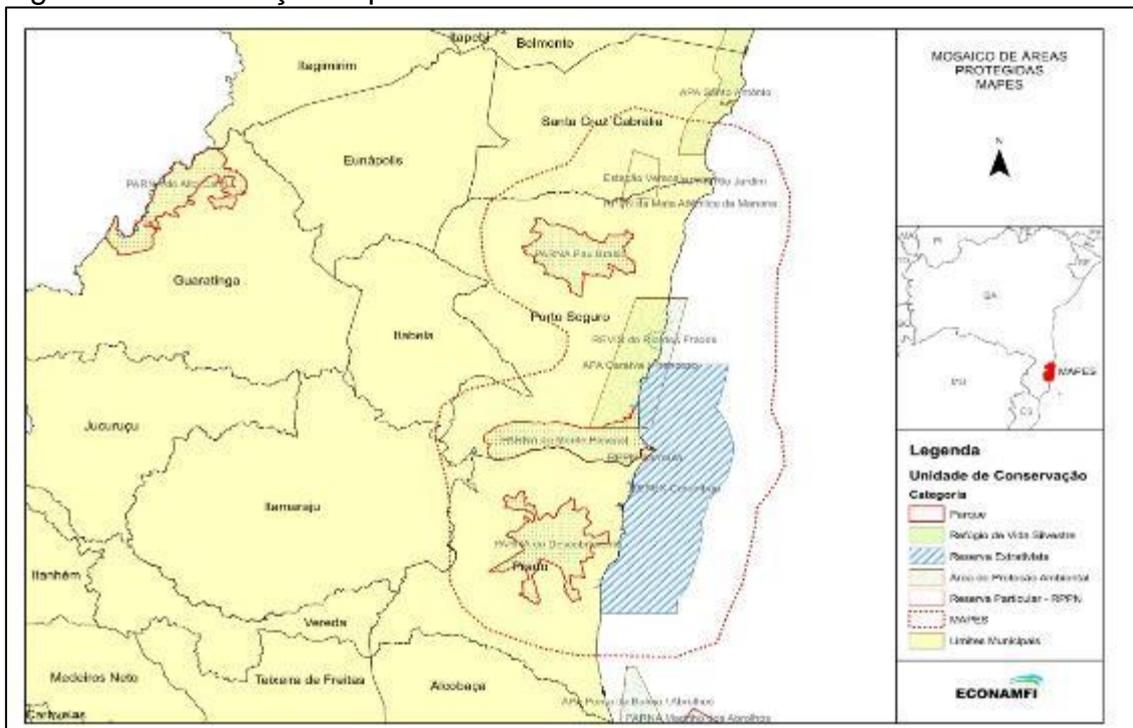
Tabela 3 - Unidades de Conservação do MAPES

| Unidade de Conservação             | Área (ha) | Município                         | Gestão          |
|------------------------------------|-----------|-----------------------------------|-----------------|
| PARNA Pau Brasil                   | 18.935,55 | Porto Seguro                      | ICMBIO          |
| PARNA Monte Pascoal                | 22.240,67 | Porto Seguro                      | ICMBIO          |
| PARNA do Descobrimento             | 22.693,97 | Prado                             | ICMBIO          |
| RESEX Corumbau                     | 89.996,76 | Prado                             | ICMBIO          |
| REVIS Rio dos Frades               | 898,67    | Porto Seguro                      | ICMBIO          |
| APA Caraíva-Trancoso               | 31.900    | Porto Seguro                      | SEMA            |
| APA Coroa Vermelha                 | 4.100     | Sta Cruz de Cabrália/Porto Seguro | SEMA            |
| Parque Mun. Mar. do Recife de Fora | 1,7       | Porto Seguro                      | PM Porto Seguro |
| RPPN Estação Veracel               | 6.069,00  | Porto Seguro                      | IBAMA           |
| RPPN Mata Atlântica da Manona      | 7,00      | Porto Seguro                      | IBAMA           |
| RPPN Carroula                      | 14,73     | Prado                             | IBAMA           |
| RPPN Rio Jardim                    | 6,93      | Porto Seguro                      | IBAMA           |
| Área total                         | 196.865   |                                   |                 |

Fonte: Elaborada a partir de Brasil (2010)

Os cerca de 197 mil hectares do MAPES estão distribuídos ao longo de três municípios (Figura 2). Denota-se a presença dos Parques Nacionais e da Reserva Extrativista do Corumbau na composição do MAPES.

Figura 2 – Distribuição espacial de UC no MAPES<sup>1</sup>



Outra característica dessa região é a presença de povos indígenas. Na área do MAPES, existem seis Terras Indígenas, com áreas identificadas, demarcadas, homologadas ou registradas. Estas perfazem 57.186 hectares (Tabela 4).

Tabela 4 - Terras Indígenas no MAPES

| Terra Indígena | Situação   | Área (ha) |
|----------------|------------|-----------|
| Águas Belas    | Homologada | 1.189     |
| Barra Velha    | Delimitada | 51.546    |
| Imbiriba       | Homologada | 408       |
| Aldeia Velha   | Declarada  | 2.001     |
| Coroa Vermelha | Homologada | 1.493     |
| Mata Medonha   | Homologada | 549       |

Na Região do Extremo Sul, existem duas etnias: Tupinambá, concentrada nos municípios de Belmonte, e Pataxó, com terras indígenas nos municípios de Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado. São 11.436 indígenas vivendo em 36 aldeias localizadas nos municípios de Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro, Itamaraju e Prado (Figura 3).

<sup>1</sup> Em anexo estão as Figuras relacionadas a mapeamentos.



A proposta do Plano de Trabalho continha a construção de um mapa falado da área do MAPES. Entretanto, em todas as reuniões realizadas, os atores apontaram que a consultoria deveria focar nos três municípios abrangidos pela Portaria nº 492/2010 do MMA: Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabrália, e abrangendo outros três do seu entorno: Eunápolis, Itabela e Itamaraju. A partir desse encaminhamento, estabeleceu-se um recorte de análise composto por seis municípios localizados no Extremo Sul da Bahia.

### 1.3 Perfil demográfico e econômico da região do MAPES

Para as análises das dinâmicas socioeconômicas do MAPES, foi utilizado um recorte regional composto por seis municípios (Tabela 5), indicados pelos atores locais, com o propósito de se ter um panorama da área do MAPES e do seu entorno. Assim, denota-se que a região analisada caracteriza-se por possuir a maioria da população localizada nos centros urbanos, com destaque para Eunápolis que possuía 93,2% de sua população como urbana em 2010. Houve aumento populacional de 90,51% em 2015 com relação a 1991, destacando os municípios de Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro que tiveram acréscimos de 331,92% e 321,16%, respectivamente. A densidade demográfica média circunda os 41 habitantes por km<sup>2</sup>, destacando-se o município de Eunápolis (Tabela 5).

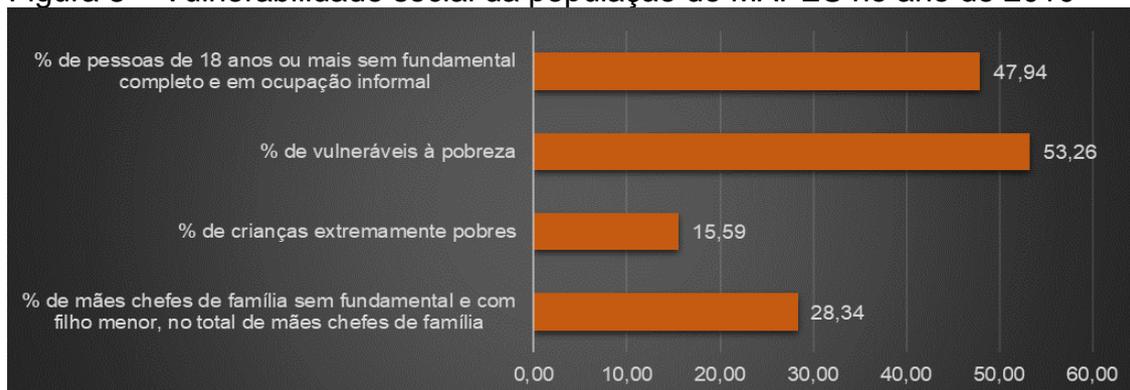
Tabela 5 - Características da população dos municípios do MAPES

| Municípios          | Períodos (anos) |                |            |           | Estimativa para 2015 Hab | Variação % - 2015/1991 | Tamanho do Município (km <sup>2</sup> ) | Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> ) - ano 2015 |
|---------------------|-----------------|----------------|------------|-----------|--------------------------|------------------------|---|---|
|                     | 1991            |                | 2010       |           |                          |                        |   |   |
|                     | Hab             | Hab            | Urbana (%) | Rural (%) |                          |                        |   |   |
| Eunápolis           | 69.561          | 100.196        | 93,2       | 6,8       | 113.191                  | 62,72                  | 1.201,5                                 | 94,2  |
| Itabela             | 20.848          | 28.390         | 75,3       | 24,7      | 31.055                   | 48,96                  | 856,3                                   | 36,3  |
| Itamaraju           | 62.958          | 63.069         | 78,9       | 21,1      | 67.249                   | 6,82                   | 2.378,6                                 | 28,3  |
| Porto Seguro        | 34.531          | 126.929        | 82,0       | 18,0      | 145.431                  | 321,16                 | 2.418,3                                 | 60,1  |
| Prado               | 23.068          | 27.627         | 56,0       | 44,0      | 29.218                   | 26,66                  | 1.670,2                                 | 17,5  |
| Sta. C. de Cabrália | 6.535           | 26.264         | 72,4       | 27,7      | 28.226                   | 331,92                 | 1.556,4                                 | 18,1  |
| <b>Médias</b>       | <b>217.501</b>  | <b>372.475</b> |            |           | <b>414.370</b>           | <b>90,51</b>           | <b>10.081</b>                           | <b>41,1</b>   |

Fonte: Elaborada a partir de Bahia (2019)

A população do MAPES apresenta consideráveis níveis de vulnerabilidade social, ou seja, existem grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade em razão dos fatores socioeconômicos. Aproximadamente 48% das pessoas com idade mínima de 18 anos não possuíam, em 2010, o ensino fundamental completo e encontravam-se em atividades informais (Figura 8). Outro grupo com destaque são os vulneráveis à pobreza, indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00, equivalente a ½ salário mínimo em agosto de 2010. Nessa categoria, a Figura 8 apresenta um grupo de 53,26% de vulneráveis à pobreza.

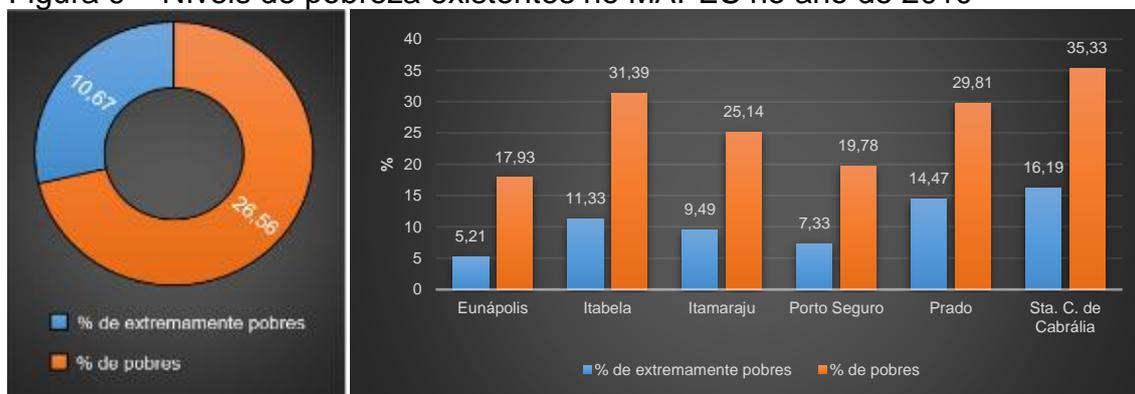
Figura 8 – Vulnerabilidade social da população do MAPES no ano de 2010



Fonte: Elaborada a partir de AtlasBrasil (2013)

O nível de pobreza da região pode ser verificado através dos dados de duas categorias: os extremamente pobres e os pobres. A primeira, composta por indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00<sup>2</sup>; a segunda, indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00<sup>3</sup>, envolvendo aqui os extremamente pobres. A região do MAPES possuía 10,67% de extremamente pobres e 26,56% de pobres, destacando-se Eunápolis e Santa Cruz de Cabralia com menor e maior percentuais em ambas categorias, respectivamente (Figura 9).

Figura 9 – Níveis de pobreza existentes no MAPES no ano de 2010



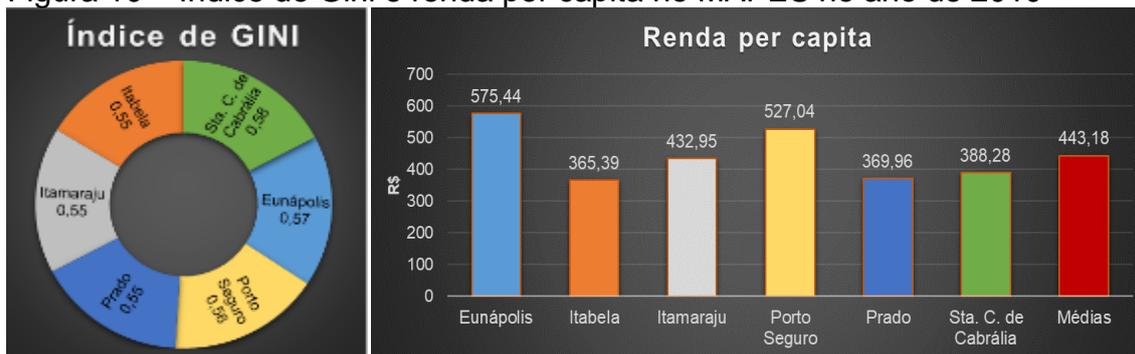
Fonte: Elaborada a partir de AtlasBrasil (2013)

A renda média per capita registrada no ano de 2010, nos municípios do MAPES, foi de R\$ 443,18. Os municípios de Eunápolis e Porto Seguro apresentaram valores superiores à média regional e ao salário mínimo da época que foi de R\$ 510,00 (Figura 10). Analisando o índice de Gini, mensuração do grau de concentração de renda, verifica-se que os municípios apresentam contextos semelhantes, ou seja, existe um processo de desigualdade de renda, uma vez que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade existente. O Índice de Gini médio no MAPES foi inferior ao da Bahia que era, em 2010, de 0,62.

<sup>2</sup> Equivalente a 13,7% do salário mínimo de 2010.

<sup>3</sup> Equivalente a 27,5% do salário mínimo de 2010.

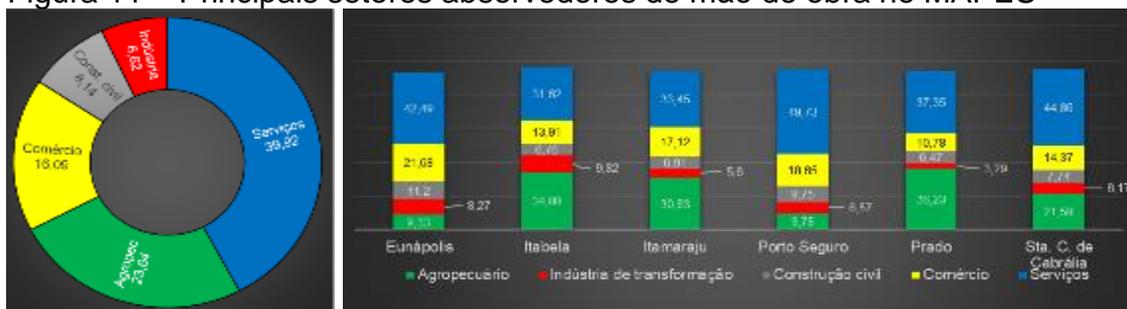
Figura 10 – Índice de Gini e renda per capita no MAPES no ano de 2010



Fonte: Elaborada a partir de AtlasBrasil (2013)

A renda das famílias do MAPES tem como principal absorvedor de mão-de-obra o setor de serviços, responsável por 39,92%, seguido pelo setor agropecuário com 23,64% (Figura 11). Em parte, justifica-se tal contexto em virtude do cenário turístico capitaneado pelos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabralia e Prado.

Figura 11 – Principais setores absorvedores de mão de obra no MAPES

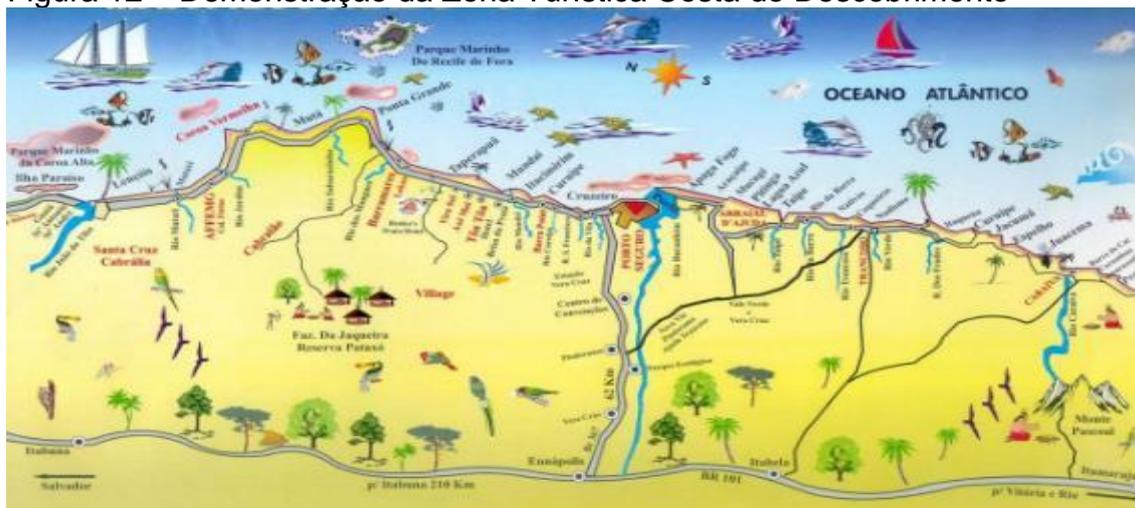


Fonte: Elaborada a partir de AtlasBrasil (2013)

A região do MAPES, conhecida como Zona Turística da Costa do Descobrimento, compreendendo os municípios de Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, é considerado o segundo destino turístico em importância no estado, perdendo apenas para Salvador (BAHIA, 2016). Essa Zona Turística é rica em belezas naturais, com extensos remanescentes de Mata Atlântica e cenários distintos que reúnem praias, matas, lagoas, manguezais, recifes de corais, rios, ilhas e falésias (Figura 12).

A região, que atualmente conta com estrutura completa de atendimento ao turismo, recebeu do governo do estado, nos anos 1990, intervenções importantes na infraestrutura, como o asfaltamento das BR-101 e BR-367 e a construção do aeroporto internacional (BAHIA, 2016). As intervenções públicas alavancaram o desenvolvimento do território e atraíram para o local investimentos públicos e privados que culminaram em extenso parque hoteleiro, comércio e serviços que, somados às rodovias e ao aeroporto internacional, transformaram a região em um parque turístico internacional.

Figura 12 – Demonstração da Zona Turística Costa do Descobrimento



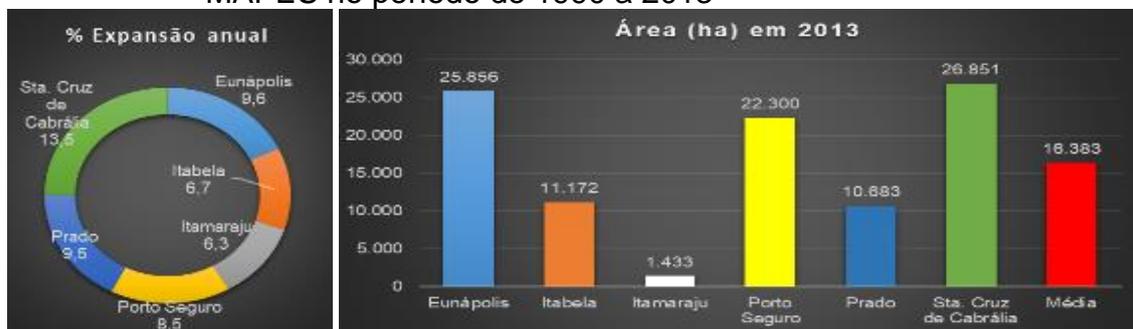
Fonte: Bahia (2016)

As modalidades turísticas mais propícias para a região, por seus atrativos naturais e sua diversidade, são o ecoturismo e turismo de aventura. A Costa do Descobrimento possui 150 km de praias conhecidas por sua beleza, como Coroa Vermelha, Mutary, Mundai, Caraiva, Praia do Espelho, esta considerada uma das melhores do Brasil, Taperapuã, Santo Antônio, das Tartarugas e Santo André, entre outras (BAHIA, 2016).

#### 1.4 Silvicultura e agropecuária

Entre 1990 e 2013, o cultivo do eucalipto na região do MAPES apresentou um crescimento anual de 9,5% e uma variação de 804,8% nesses 23 anos. Em 1990, existiam 12.214 hectares com eucalipto, passando para 98.295 hectares em 2013. O município de Santa Cruz de Cabrália apresentou a maior taxa anual de expansão (13,5%) e a maior área com eucalipto em 2013 (26.851 hectares) entre os municípios do MAPES (Figura 13).

Figura 13 – Taxa de expansão e áreas com silvicultura nos municípios do MAPES no período de 1990 a 2013

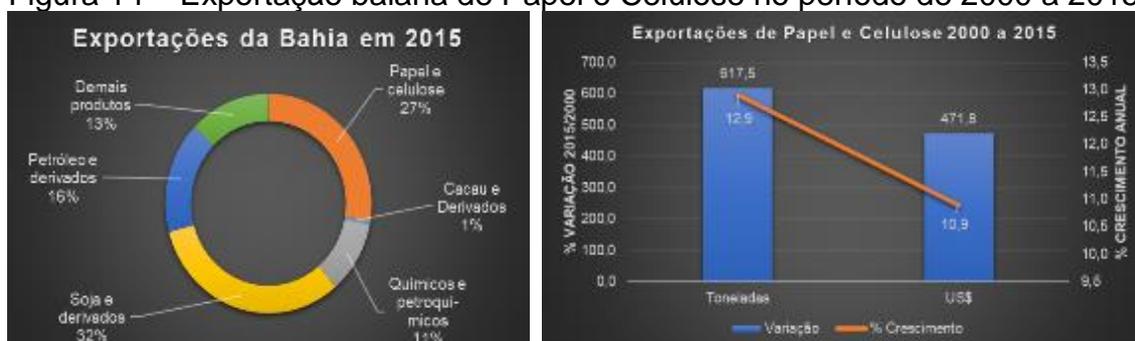


Fonte: Elaborada a partir de Marques (2014)

A produção de papel e celulose é considerada como atividade econômica relevante na região do MAPES. Essa relevância pode ser demonstrada a partir

da receita gerada pelas exportações da Bahia (Figura 14), na qual a categoria papel e celulose correspondeu a 27% da renda oriunda das exportações no ano de 2015, sendo superada apenas pela soja e derivados.

Figura 14 – Exportação baiana de Papel e Celulose no período de 2000 a 2015



Fonte: Elaborada a partir de Bahia (2019)

As exportações de papel e celulose corresponderam a 1,37 bilhões de dólares a FOB (*Free on Board*) em 2015. Ao longo de 15 anos, verifica-se que o volume exportado teve uma variação positiva de 617,5%, saindo de 502.042 toneladas no ano 2000 para 3.099.877 toneladas no ano de 2015, tendo um crescimento anual de 12,9% (Figura 10). Quanto ao fluxo monetário, a variação no período foi de 471,8%, saindo de US\$ 291 milhões em 2000 para US\$ 1,37 bilhões em 2015, crescimento anual de 10,9%.

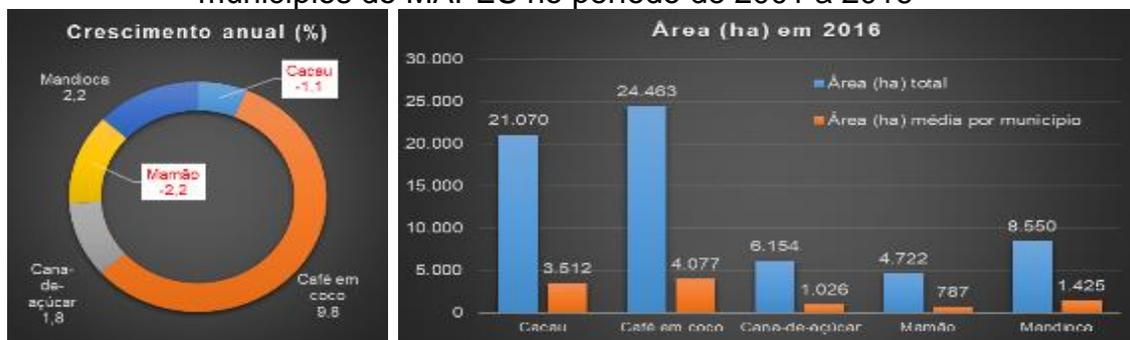
O eucalipto transformou o campo e o urbano nas localidades que estão no entorno de suas plantações ou fábricas. Despertou alegrias e contestações nos diferentes meios da sociedade e a sua produção significa um novo ciclo econômico no Extremo Sul da Bahia, e apresenta suas contradições como qualquer outro ciclo que se instala numa região (CERQUEIRA NETO, 2012, p. 65).

A chegada do eucalipto na região provocou diferentes contradições: aumento da prostituição, crescimento da criminalidade, desterritorialização de parte da sociedade rural, aumento dos imóveis e perturbação no meio ecológico (CERQUEIRA NETO, 2012). Quanto à questão socioambiental, denota-se que a necessidade de maximização da produção com um fim em si mesma, ainda que justificada para o melhoramento das condições sociais, produz degradação ambiental (FERREIRA; PEREIRA; LOGAREZZI, 2019).

A região do MAPES apresenta produção agrícola diversificada, com destaque para o cultivo do cacau, do café, da cana-de-açúcar, mamão e mandioca. Ao longo de 15 anos (2001-2016) denotam-se diferentes taxas anuais de crescimento para o café (9,8%), cana-de-açúcar (1,8%) e mandioca (2,2%). A produção de cacau e mamão apresentaram taxas de decréscimo anual de 1,1% e 2,2%, respectivamente (Figura 15). O café, além de apresentar a maior taxa de crescimento, tem também a maior área cultivada (24.463 hectares). Por outro lado, o cacau, cultivado sob o dossel da floresta num sistema denominado

de cacau-cabruca e responsável pela conservação dos recursos da Mata Atlântica (LOBÃO; VALERI, 2009), tem apresentado redução da área cultivada.

Figura 15 – Crescimento anual e áreas de diferentes cultivos agrícolas nos municípios do MAPES no período de 2001 a 2016



Fonte: Elaborada a partir de Bahia (2019)

A cacauicultura, atividade secular, promoveu a geração de riqueza, prosperidade e criação de cidades (ROCHA, 2008). Entretanto, após crises comerciais e produtivas, nos finais dos anos de 1980, gerou consideráveis prejuízos para a economia local (ANDRADE et al., 2015). Passados quase 30 anos, os impactos negativos da última crise, marcada pela queda abrupta do preço do produto no mercado internacional e pelo aparecimento da doença vassoura-de-bruxa (*Moniliophthora perniciosa*), ainda são visíveis sobre a cadeia produtiva do cacau, afetando, também, a conservação dos recursos naturais, com considerável processo de desmatamento de cobertura vegetal.

Quanto à pecuária no MAPES, essa atividade se caracteriza como extensiva, tendo baixa produtividade média por hectare (BARBOSA et al., 2010). No sul da Bahia, existem locais com uma média de 0,81 UA/ha<sup>4</sup> (CARVALHO JÚNIOR, 2011). Para análise do MAPES utilizou-se UA/ha igual a 1 (Tabela 6), gerando uma área média de 75.700 ha/município. Verifica-se também, que a pecuária vem avançando a uma taxa anual média de 3,61% em cada município.

Tabela 6 – Pecuária desenvolvida nos municípios do MAPES

| Municípios          | UA em dois períodos |               | Variação (%) 2017/1990 | Variação (%) anual | UA/ha | Área (ha) ocupada em 2017 |
|---------------------|---------------------|---------------|------------------------|--------------------|-------|---------------------------|
|                     | 1990                | 2017          |                        |                    |       |                           |
| Eunápolis           | 22.366              | 77.441        | 246,24                 | 4,71               | 1,00  | 77.441                    |
| Itabela             | 5.870               | 48.596        | 727,87                 | 8,14               | 1,00  | 48.596                    |
| Itamaraju           | 62.827              | 176.658       | 181,18                 | 3,90               | 1,00  | 176.658                   |
| Porto Seguro        | 15.600              | 47.937        | 207,29                 | 4,25               | 1,00  | 47.937                    |
| Prado               | 41.407              | 85.406        | 106,26                 | 2,72               | 1,00  | 85.406                    |
| Sta. C. de Cabrália | 26.452              | 18.164        | -31,33                 | -1,38              | 1,00  | 18.164                    |
| <b>Médias</b>       | <b>29.087</b>       | <b>75.700</b> | <b>160,25</b>          | <b>3,61</b>        |       | <b>75.700</b>             |

Fonte: Elaborada a partir de Bahia (2019); Imaflora (2018)

<sup>4</sup> Unidade animal por hectare.

Considerando os produtos utilizados nas análises - cacau, café, cana-de-açúcar, mamão, mandioca, pecuária (carne de corte) e silvicultura – verifica-se que, em termos absolutos, o café apresentou a maior renda no ano de 2016, aproximadamente R\$ 455 milhões, seguido pela silvicultura com R\$ 262 milhões (Tabela 7). Calculando a produtividade média (Mil R\$ / ha), destaque para o valor do mamão, com cerca de R\$ 63,67 mil por hectare, seguido pelo café que apresentou um valor médio de R\$ 15,6 mil por hectare.

Tabela 7 – Renda média anual gerada pelos principais produtos no ano de 2016

| Municípios             | Mil R\$       |                |                |                |               |                |                |
|------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
|                        | Cacau         | Café           | Cana-de-açúcar | Mamão          | Mandioca      | Pecuária*      | Silvicultura** |
| Eunápolis              | 770           | 51.967         | 10.074         | 13.298         | 3.162         | 18.865         | 76.334         |
| Itabela                | 2.398         | 49.980         | 1.258          | 4.000          | 595           | 11.838         | 36.032         |
| Itamaraju              | 10.697        | 140.700        | 324            | 20.463         | 4.116         | 43.034         | 0              |
| Porto Seguro           | 7.116         | 57.816         | 120            | 13.215         | 3.649         | 11.677         | 56.879         |
| Prado                  | 2.161         | 138.060        | 341            | 120.555        | 4.320         | 20.805         | 10.042         |
| Sta. C. de Cabrália    | 1.317         | 17.456         | 18.167         | 2.933          | 3.444         | 4.425          | 82.744         |
| <b>TOTAL - Mil R\$</b> | <b>24.459</b> | <b>455.979</b> | <b>30.284</b>  | <b>174.464</b> | <b>19.286</b> | <b>110.644</b> | <b>262.031</b> |
| <b>Mil R\$/ha</b>      | <b>1,99</b>   | <b>15,60</b>   | <b>3,43</b>    | <b>63,67</b>   | <b>5,18</b>   | <b>1,46</b>    | <b>2,66</b>    |

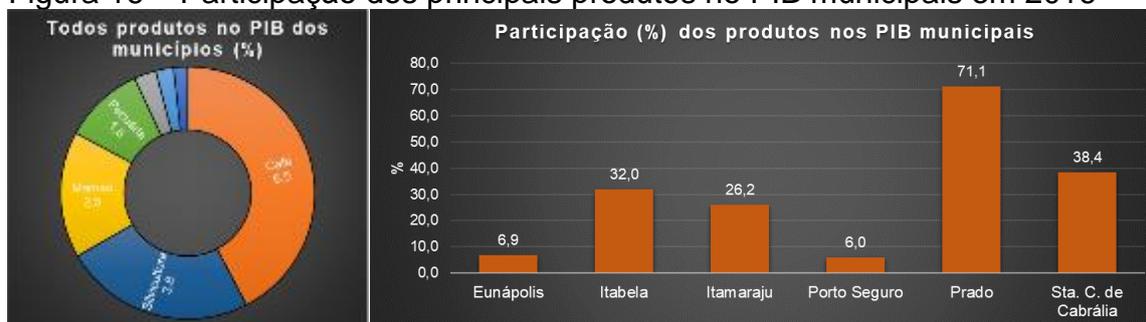
\* Do rebanho, 10% é abatido por ano (IBGE, 2018); Preço do kg = R\$ 10,00; Peso médio abate = 243,6 (IBGE, 2018).

\*\* Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose; Utilizou 98.567 ha (ano 2013) para encontrar a produtividade média.

Fonte: Elaborada a partir de Bahia (2019); Imaflora (2018)

Relacionando os valores gerados pelos produtos analisados contidos na Tabela 7 com o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do MAPES, verifica-se que, em 2016, o café representou 6,5% no PIB total dos municípios analisados (Figura 16). Denota-se também que os produtos corresponderam a 71,1% do PIB do município de Prado em 2016.

Figura 16 – Participação dos principais produtos no PIB municipais em 2016



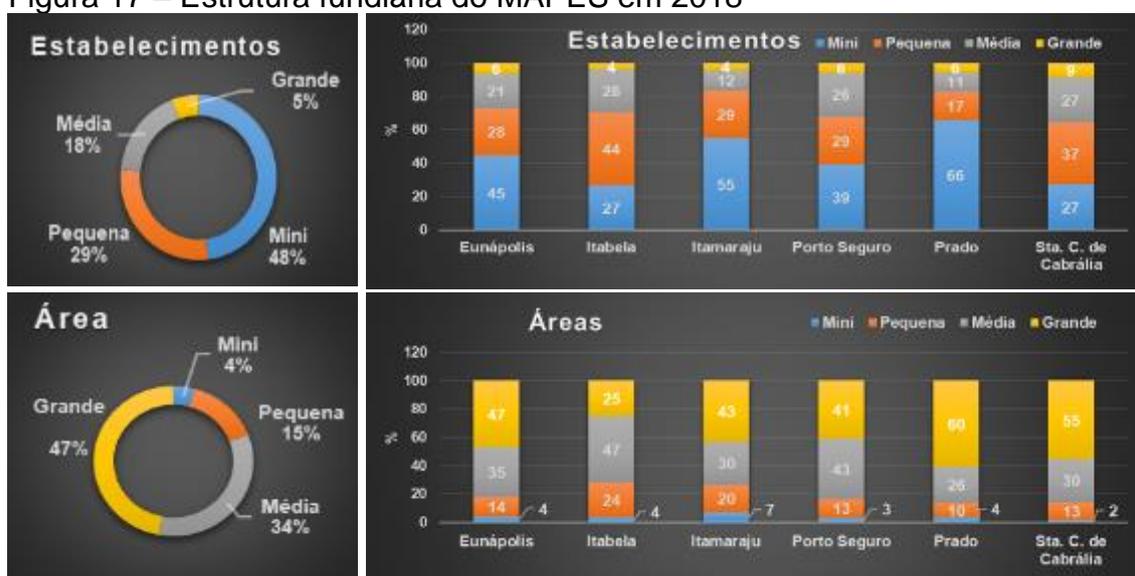
Fonte: Elaborada a partir de Bahia (2019); Imaflora (2018)

A análise dos produtos da agropecuária e da silvicultura remete a uma outra análise, a estrutura fundiária dos municípios do MAPES. Nessa análise, consideraram-se as definições de propriedades de acordo com o entendimento

do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), segundo o qual: (i) minifúndio - imóvel rural com dimensão inferior a 1 (um) módulo fiscal (MF); (ii) pequena propriedade - imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) MF; (iii) média propriedade - imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) MF; (iv) grande propriedade - o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) MF. Com exceção de Itamaraju, cujo MF corresponde a 40 hectares, os demais municípios do MAPES têm MF igual a 35 hectares (BRASIL, 2013).

Utilizando dados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR; BRASIL, 2019), foram identificados 4.215 imóveis (estabelecimentos) do MAPES com cadastro efetivado. Destes, 48% são de minifúndios (Figura 17).

Figura 17 – Estrutura fundiária do MAPES em 2018

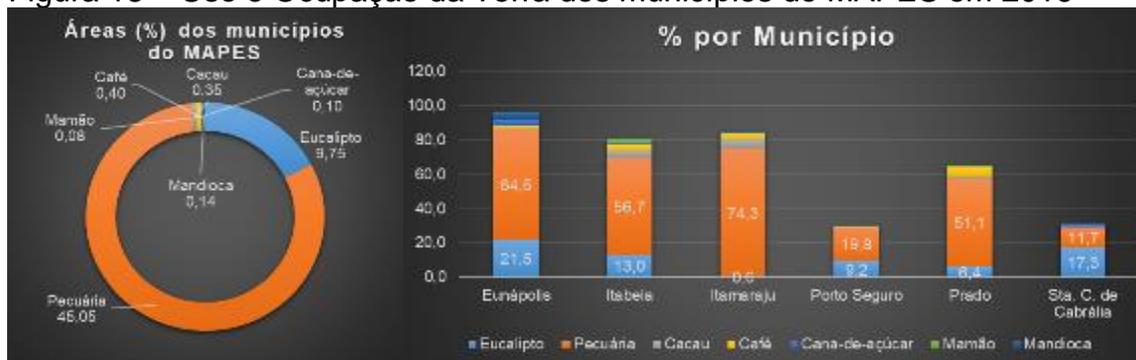


Fonte: Elaborada a partir de Brasil (2019)

Ao relacionar a quantidade de estabelecimentos com o tamanho total das áreas, denota-se que dos 636.097 hectares cadastrados no SICAR, 47% são absorvidos pelas grandes propriedades, que correspondem a 5% da quantidade de estabelecimentos (Figura 17). No município de Prado, por exemplo, da quantidade de imóveis cadastrados no SICAR, 9% são grandes propriedades que absorvem 55% da área (hectares) total de todos os imóveis.

As ações de planejamento ambiental, por exemplo, deverão atentar para o Uso e Ocupação da Terra no MAPES. Utilizando áreas de acordo com o volume produzido, diferentemente do processo de mapeamento que será apresentado nas seções 1.6 e 2, a pecuária cobre cerca de 45,05% dos territórios dos municípios, tendo Itamaraju um percentual maior, 74,3%. Em segundo lugar, aparece o cultivo de eucalipto com uma média geral de 9,75%, tendo Eunápolis com um percentual de 21,5%. Os demais produtos analisados, individualmente, não atingem a 1% (Figura 18).

Figura 18 – Uso e Ocupação da Terra dos municípios do MAPES em 2016



Fonte: Elaborada a partir de Bahia (2019); Imaflora (2018).

Ressalta-se, ainda, o contexto em que a maioria dos estabelecimentos rurais são minifúndios e que estes praticam atividades de ciclo curto, a exemplo da mandioca. Nesse sentido, a configuração do Uso e Ocupação da Terra do MAPES leva a um questionamento preeminente: qual estrutura fundiária deverá ser foco das ações de recuperação ambiental?

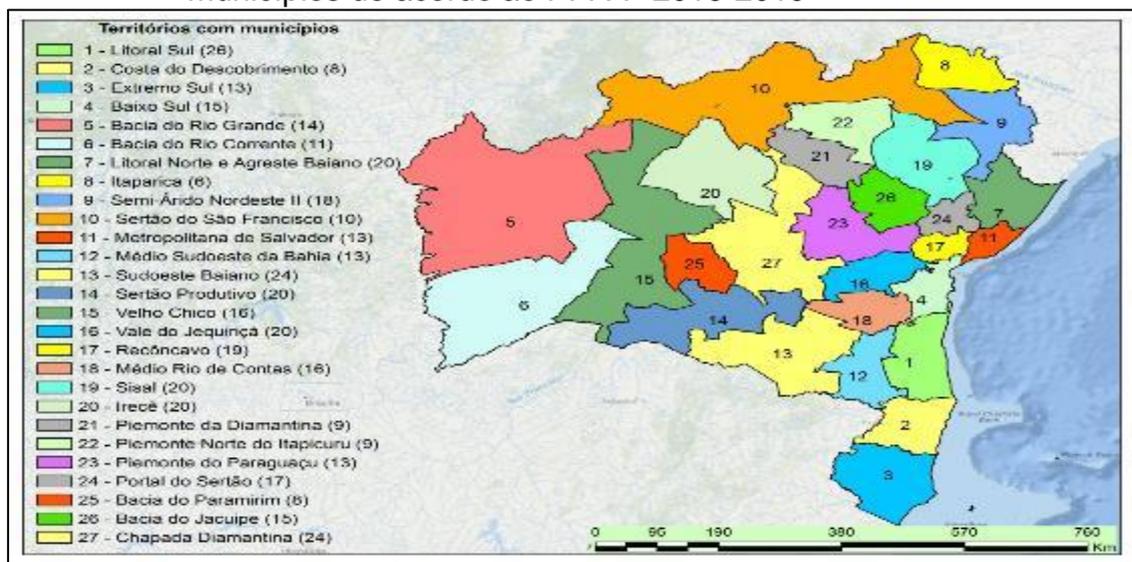
### 1.5 Planos, programas, projetos e oportunidades para a região do MAPES

As ações de desenvolvimento a serem inseridas na região do MAPES devem ter o entendimento da definição de Território adotada na Bahia. Historicamente, o Estado passou por diferentes divisões territoriais, contando, desde a década de 1950, com algumas definições regionais: Regiões Administrativas; Regiões Econômicas; Eixos Estaduais de Desenvolvimento, Costas Turísticas e, por último, Territórios de Identidade (SOUZA, 2008). A definição de Território de Identidade consiste no agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence. O estado da Bahia utiliza a abordagem territorial desde o ano de 2007, contemplando 27 Territórios de Identidade (Figura 19).

Seguindo a dinâmica territorial adotada pelas políticas públicas, os seis municípios utilizados nas análises, como sendo área do MAPES, contemplam dois Territórios de Identidade: Costa do Descobrimento (Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália) e Extremo Sul (Itamaraju e Prado).

O funcionamento da política territorial da Bahia é composto de diversos órgãos e instrumentos legais. Existe a Diretoria de Planejamento Territorial (DPT), unidade vinculada à Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) e ao Gabinete da Secretaria do Planejamento (SEPLAN). Compõe a estrutura organizacional a rede de apoio denominada de Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (CET), que representa um espaço político de diálogos dos Territórios e de seus Colegiados.

Figura 19 – Territórios de Identidade da Bahia com a respectiva quantidade de municípios de acordo ao PPA-P 2016-2019



Fonte: Elaborada a partir de informações da Bahia (2013)

Para aplicação da política pública de desenvolvimento, são utilizados os seguintes instrumentos: escutas sociais do PPA (Plano Plurianual); participação social por meio dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter's); Consórcios Públicos; Plano Plurianual Participativo (PPA-P); Diálogos Territoriais; Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Inclui-se também o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), como fórum permanente de caráter consultivo, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas.

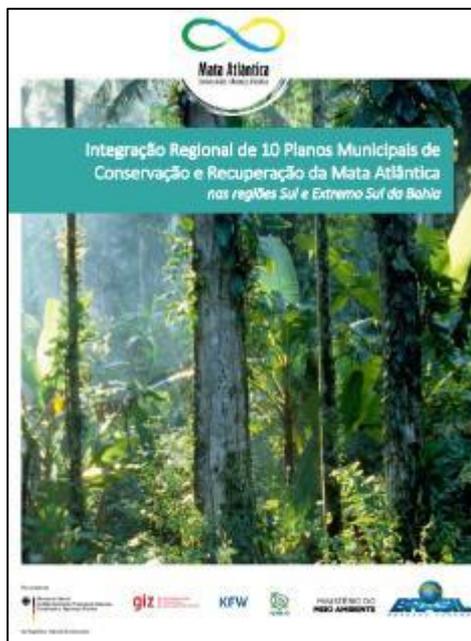
Através da ótica da territorialidade, verificou-se que as políticas públicas estão definidas nos PTDRS, principal instrumento para aplicação das estratégias intervencionistas no Território (BARRETO, 2014). Esses Planos são construídos a partir do envolvimento de diversos segmentos da sociedade. No caso da região do MAPES, não houve articulação suficiente para construção de seus respectivos PTDRS, embora os municípios regionais contem com Agentes de Desenvolvimento Territorial (ADT's)<sup>5</sup> nos Territórios.

Como instrumento executivo das ações de desenvolvimento, os Territórios locais contam com Consórcios Públicos Intermunicipais. Estes correspondem à associação entre entes federativos (União, Estado e Município) com foco no planejamento e execução de serviços públicos de interesse comum

<sup>5</sup> Costa do Descobrimento - Wilson B. S. Filho - wilson.bittencourt@seplan.ba.gov.br – (Eunápolis); Extremo Sul - Vanuza N. Vieira - vanuza.vieira@seplan.ba.gov.br – (Tx. de Freitas).

de seus consorciados (BARRETO, 2014). A região do MAPES conta com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Costa do Descobrimento (CONDESC) e com o Consórcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia (CONSTRUIR).

Os Territórios têm, ainda, como instrumento norteador que orienta os investimentos públicos e privados o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). O ZEE da Bahia é um instrumento de gestão socioeconômica e ambiental que tem como objetivo orientar o planejamento e a tomada de decisões sobre programas, projetos e atividades que utilizam recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável (BAHIA, 2013). As delimitações territoriais do ZEE são chamadas de Zonas, as quais foram definidas a partir da convergência de características geoambientais e socioeconômicas do Estado, unindo as Unidades Geoambientais (espaços com solo, clima, hidrografia e vegetação semelhantes) e as Unidades de Paisagem (regiões marcadas por atividades produtivas, a exemplo da agricultura e pecuária).



Com exceção dos municípios de Itamaraju e Prado, os demais utilizados nas análises possuem Plano Municipal de Mata Atlântica (PMMA), instrumento de gestão territorial que tem como objetivo levantar a situação atual do bioma no município, definir áreas prioritárias e ações para a conservação e recuperação ambiental, contribuindo assim para o sistema de planejamento municipal. Os PMMA da região do MAPES passaram por um processo de integração, cujos resultados estão em uma publicação disponível no site do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2018). Dentre os resultados, constam as áreas que necessitam de ações de recuperação ambiental, as quais serão consideradas nos resultados da presente consultoria.

A região do MAPES conta também com uma ação que visa à conservação, recuperação e valorização da Mata Atlântica e de sua diversidade, especialmente a diversidade arbórea, por meio da construção e difusão do conhecimento. Localizado ao sul do MAPES, no município de Teixeira de Freitas, o Programa Arboretum (Figura 20), uma ação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), está estruturado em três Núcleos: (i) Núcleos de Coleta - capacitação e apoio técnico-logístico aos coletores de sementes; (ii) Núcleos de Produção – Viveiros Comunitários - capacitação e apoio logístico a viveiros comunitários existentes e viveiros comunitários a serem implantados por meio de demandas

locais e parcerias pontuais a serem constituídas com atores públicos e privados;  
(iii) Núcleos de Plantio – Arboretos - implantação de bancos de sementes em comunidades rurais destinados também à divulgação e educação ambiental.

Figura 20 – Ações e estrutura do Programa Arboretum



Fonte: Programa Arboretum (2019)

Outra ação com destaque na área do MAPES é a parceria do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) com a organização não-governamental Natureza Bela. Essa parceria tem gerado resultados para a conservação ambiental, a exemplo das ações no Corredor Monte Pascoal – Pau Brasil, que prevê a recuperação de 210 hectares na área do MAPES (Figura 21).

Figura 21 – Ações de recuperação da instituição Natureza Bela



Fonte: Dados da pesquisa

Embora não esteja localizada no Território do MAPES, a BIOFÁBRICA configura-se como a maior organização fornecedora de mudas destinadas a diversos cultivos e também na oferta de mudas nativas, com dinâmica de distribuição para todo o Estado baiano. Organização Social vinculada ao Governo do Estado da Bahia, inaugurada em 1997, tem o foco central na produção de mudas clonais, contando, para tanto, com uma grande área de viveiro em campo aberto e um moderno laboratório de micropropagação (Figura 18). Trata-se da primeira unidade de produção contínua, em escala industrial, de clones de cacauzeiros selecionados.

Figura 22 – Viveiro da Biofábrica e processo de produção de mudas



Fonte: BAHIA (2018)

No âmbito do MAPES, existe ainda o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, movimento da sociedade brasileira para restaurar e transformar seu bioma mais ameaçado. Lançado em 2009, busca reunir esforços, integrá-los a um movimento sólido e coerente e, a partir daí, criar sinergias entre todos os atores que trabalham com restauração florestal na Mata Atlântica. No MAPES, a instituição Natureza Bela faz parte do grupo de instituições localizadas em 10 estados brasileiros.

Existe também o Diálogo Florestal, estrutura que possibilita a interação entre representantes de empresas do setor de base florestal, organizações ambientalistas e movimentos sociais com o objetivo de construir visão e agendas comuns entre esses setores. No caso do MAPES, tem-se o Fórum Florestal da Bahia, constituindo-se no ambiente mais atuante nas discussões ambientalistas da região.

A região do MAPES conta com outras ações, a exemplo do Comitê de Bacias e do Subcomitê da Biosfera. Entretanto, o que se observa atuando na região, são as instituições vinculadas ao Programa de Território de Identidade, os Consórcios Públicos Intermunicipais, a instituição Natureza Bela, o



Programa Arboretum, o Movimento em Defesa de Porto Seguro (MDPS) e os fóruns de discussões.

## 1.6 Análise da cobertura e uso da terra a partir de monitoramento

O MAPES encontra-se na região de monitoramento da cobertura e do uso da terra realizado pelo Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia. O Fórum é o responsável por acompanhar a dinâmica e planejar a paisagem do Extremo Sul da Bahia da maneira mais sustentável possível. Para tanto, vem periodicamente realizando e disponibilizando publicamente levantamentos da cobertura e dos usos da terra em escala de detalhe, na ordem de 1:25.000. Por se tratar do material cartográfico que melhor representa a região, utilizou-se como insumo para quantificação e análise da situação dos municípios, das áreas de APP e RL inseridas no Mosaico.

Os levantamentos são realizados por empresas/consórcios independentes, especializadas na geração de dados cartográficos, contratadas via edital pelo Fórum, separados em dois blocos – municípios da área de influência da Veracel Papel e Celulose (bloco norte) e da área de influência da Suzano Celulose (bloco sul). Dos municípios do MAPES, quatro - Sta. Cruz de Cabrália, Porto Seguro, Eunápolis e Itabela – fazem parte do bloco norte e, dois – Prado e Itamaraju – fazem parte do bloco sul.

O último levantamento foi realizado em 2015, através de imagens de satélites e fotografias aéreas de 2013, entretanto está em curso uma atualização que deve ser publicada ao final de 2019. Para este trabalho, utilizaram-se os dados de 2013. Para melhor demonstrar a cobertura e o uso da terra do MAPES, realizou-se a compatibilização e unificação das legendas apresentadas nos dois blocos mapeados, considerando o nível II da estratificação original, que agrupa em classes conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Classes de cobertura e uso da terra

| Classes             | Descrição  | Imagem  |
|---------------------|--|---|
| Vegetação Florestal | Vegetação florestal ombrófila nos três estádios de sucessão (inicial, médio e avançado), composta por indivíduos arbóreos cuja altura varia entre 5 e 40 metros. |  |

| Classes  | Descrição   | Imagem  |
|--|---|---|
| Restinga / Manguê / Mussununga / Afloramento Rochoso | <p><b>Restingas</b> - representam as classes de vegetação sob cordão arenoso, formado através das regressões e transgressões marinhas.</p> <p><b>Manguezal</b> - Ambiente de transição entre os ambientes terrestres e marinhos e é caracterizado pela presença de áreas de água salobra, i.e., na desembocadura de rios.</p> <p><b>Mussununga</b> – Vegetação herbácea-arbustiva peculiar encontrada sobre solo arenoso e encharcado, recoberto por uma laje impermeável de coloração escura.</p> <p><b>Afloramento rochoso</b> – Vegetação rupestre que ocorre sobre afloramentos rochosos, em geral, de rochas graníticas, apresentando pouca cobertura vegetal.</p> |   |
| Lagos e represas                                     | Massas d'água represadas, com espelho aparente.   |  |
| Curso D'água   | Corpo de água fluente, como rios, córregos, riachos, regatos, entre outros.   |  |
| Pastagem   | Áreas predominantemente cobertas por pastagens, podendo apresentar estruturas herbáceo- arbustivas, destinadas geralmente à atividade pecuária.   |  |
| Agricultura  | Parcelas de produção agrícola de culturas exploradas em ciclo médio e longo (>1 ano). As principais culturas agrícolas registradas foram: dendê, café, coco, mamão, maracujá, limão, banana e cacau.  |  |

| Classes               | Descrição   | Imagem   |
|-----------------------|---|--|
| Agricultura Anual     | Parcelas de produção agrícola de culturas de ciclo curto (< 1 ano), como mandioca e cana-de-açúcar (semi-perene).   |   |
| Eucalipto             | Áreas de produção florestal de <i>Eucalyptus spp.</i>   |   |
| Campo Úmido Degradado | Refere-se à vegetação herbáceo-arbustiva que ocorre em condições degradadas onde, em tempos anteriores, houve ocorrência natural de comunidade aluvial arbórea. |   |
| Outras Classes        | Núcleos urbanos, cidades, vilas rurais ou áreas com solo exposto por degradação.  |  |

Fonte: Marques (2015)

A paisagem no território do MAPES apresenta seus principais maciços florestais concentrados nas unidades de proteção ambiental de uso restrito situadas quase sempre próximas à faixa litorânea. Outros blocos florestais expressivos encontram-se a nordeste do município de Santa Cruz de Cabrália e, em posição similar, no município de Itamaraju. A matriz da paisagem é formada por pastagens, ocupando cerca de 42% do espaço, especialmente nos municípios de Itamaraju e Eunápolis. A vegetação florestal nos três estágios sucessionais ocupa aproximadamente 36% dos municípios, seguidos da produção de eucalipto e da agricultura (anual e permanente), alcançando 9,7% e 6,6% respectivamente (Tabela 8).

Tabela 8 - Distribuição da Cobertura e uso da terra no MAPES no ano de 2013

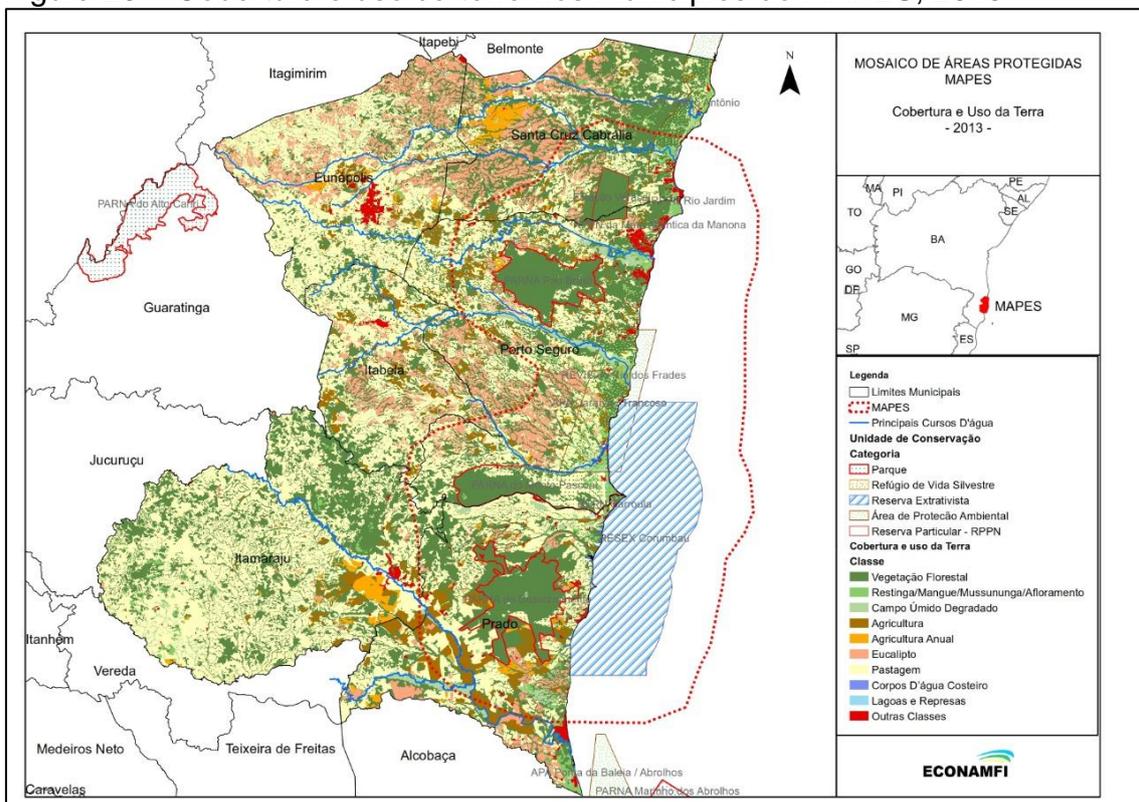
| Classes         | Área (ha) |         |        |           |              |                    | Área total (ha) | Área (%) |
|-----------------|-----------|---------|--------|-----------|--------------|--------------------|-----------------|----------|
|                 | Eunápolis | Itabela | Prado  | Itamaraju | Porto Seguro | Sta. Cruz Cabrália |                 |          |
| V. Florestal    | 25.801    | 23.951  | 68.119 | 78.355    | 95.034       | 72.440             | 363.700         | 35.9     |
| Restinga ...    | 254       | 147     | 2.996  | 3.059     | 5.691        | 3.207              | 15.354          | 1.5      |
| Lagos, represas | 1.048     | 512     | 554    | 14        | 1.399        | 618                | 4.145           | 0.4      |
| C.Ú. Degradado  | 4.205     | 1.645   | 8.013  | 2.858     | 8.631        | 1.291              | 26.643          | 2.6      |
| Agricultura     | 4.822     | 7.330   | 17.599 | 6.201     | 11.905       | 4.159              | 52.016          | 5.1      |
| Agricultura     | 1.612     | 172     | 2.939  | 4.875     | 958          | 4.733              | 15.289          | 1.5      |

| Classes        | Área (ha) |         |        |           |              |                    | Área total (ha) | Área (%) |
|----------------|-----------|---------|--------|-----------|--------------|--------------------|-----------------|----------|
|                | Eunápolis | Itabela | Prado  | Itamaraju | Porto Seguro | Sta. Cruz Cabrália |                 |          |
| Eucalipto      | 25.856    | 11.172  | 11.026 | 1.361     | 22.300       | 26.851             | 98.566          | 9.7      |
| Pastagem       | 75.034    | 46.554  | 54.124 | 137.214   | 77.677       | 31.118             | 421.721         | 41.6     |
| Curso D'Água   | 0         | 0       | 394    | 259       | 0            | 0                  | 653             | 0.1      |
| Outras Classes | 3.866     | 880     | 2.826  | 1.408     | 4.214        | 1.498              | 14.692          | 1.5      |

Fonte: Marques (2015)

Geomorfologicamente a região do MAPES está sob os tabuleiros costeiros, com relevo predominantemente plano a ondulado e com platôs de origem sedimentar. Entalhadas nos tabuleiros encontra-se uma rica rede de drenagem, que tem como orientação o sentido oeste-leste a desaguar no Oceano Atlântico. Os principais cursos d'água são: os rios Santo Antônio, João de Tiba, Buranhém, Rio dos Frades, rio Caraíva e rio Jucuruçu (Figura 19).

Figura 23 – Cobertura e uso da terra nos municípios do MAPES, 2013



Fonte: Marques (2015)

### 1.7 Conflitos socioambientais na região do MAPES

A região do MAPES possui um histórico de alta expropriação de terra, exposição a agrotóxicos e produtos químicos, contaminação e escassez de água, entre outros diferentes impactos socioambientais (MALINA, 2013). Caracteriza-se por um modelo pautado no desenvolvimento da agricultura industrial capitalista mecanizada, com a utilização de aditivos químicos artificiais,

a expulsão e a proletarização dos sujeitos do campo (FERREIRA; PEREIRA; LOGAREZZI, 2019), reduzindo a diversidade socioambiental.

As dinâmicas sociais e produtivas presentes na região do MAPES geram conflitos socioambientais, que podem ser considerados como fenômenos sociais que envolvem condições, tais como a escassez, a deterioração e a privação (ORTIZ-T, 1999), podendo também, ser definidos como uma série de embates entre grupos sociais (LITTLE, 2006). O conflito torna-se evidente “quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p.18).

Os conflitos socioambientais decorrem da busca pelo atendimento das diversas demandas da sociedade, o que gera pressão sobre o uso e preservação (ou conservação) dos recursos naturais (BRITO et al., 2011). Esses conflitos abrangem não somente as tensões geradas pelas disputas do uso e apropriação dos recursos, mas também porque entram em confronto as diferentes importâncias dadas ao meio ambiente pelos atores envolvidos (LIMA; SHIRAIISHI NETO, 2015).

[...] os conflitos sócio-ambientais são cada vez mais freqüentes na realidade dos países da América Latina. Isto em parte é consequência da debilidade na implementação das políticas e esquemas de gestão disponíveis para a regulação do uso e acesso dos recursos naturais. Devem-se considerar também as dinâmicas sociais e econômicas que dizem respeito aos recursos naturais, cada vez mais complexas. É comum que o Estado se encontre sem recursos técnicos, administrativos e/ou financeiros para administrar conflitos em torno do uso dos recursos naturais nos quais existem, por exemplo, grandes assimetrias de poder (VARGAS, 2007, p. 198).

Historicamente, a região do MAPES tem sido caracterizada pelos conflitos de terras:

- As comunidades indígenas demandam e, ainda demandam, a demarcação de áreas para desenvolvimento de suas atividades;
- As empresas de papel e celulose demandam áreas para a silvicultura;
- Os pecuaristas buscam avançar na produção extensiva;
- Os produtores de café demandam mais áreas para a atividade;
- Os movimentos sociais reclamam por desapropriações de terras a fim de atender os objetivos da reforma agrária;
- As comunidades indígenas, consideradas tradicionais, demandam por madeiras para produção artesanal a fim de comercialização e geração de renda.

Nas últimas três décadas, os conflitos em busca de terras para novas alternativas econômicas tornaram-se mais acirrados. Esse acirramento tem uma relação estrita com a crise do principal produto regional, o cacau. Com a crise da cacauicultura e, conseqüentemente, pela busca de novas alternativas econômicas, verifica-se que a região do MAPES apresenta grande efervescência econômica com a implantação e continuidade de grandes projetos no turismo, na cultura do eucalipto, café e cana-de-açúcar, convivendo com os conflitos que sempre existiram na região (CERQUEIRA NETO, 2012).

## 2 ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO

A indicação ou priorização de áreas para recuperação da vegetação na região do MAPES baseou-se nos cadastros do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e nas áreas prioritárias para recuperação dos PMMA (BRASIL, 2018). O SICAR é um sistema do Serviço Florestal Brasileiro com o objetivo de auxiliar a Administração Pública no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. O SICAR disponibiliza os cadastros de imóveis rurais submetidos a adequação ambiental em atendimento à Lei Federal 12.651/2012 (BRASIL, 2012), que obriga todos agricultores ou posseiros de terras a cumprirem a lei ambiental nacional.

Os responsáveis pelos imóveis rurais do Estado da Bahia têm a obrigação de inserir informações no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), que é uma ferramenta online para inserção de informações da propriedade/proprietário e de dados de produção, visando auxiliar em processos que envolvam qualquer autorização do órgão ambiental. O CEFIR trabalha em sincronia com o SICAR alimentando cadastro nacional, o qual disponibiliza publicamente os limites das propriedades, apontando as Áreas de Preservação Permanente (APP) e indicando a Reserva Legal (RL).

Tendo em vista que o presente trabalho busca levantar as oportunidades para recomposição da vegetação natural, e que os cadastros realizados pelos proprietários/posseiros no CEFIR-SICAR geram o compromisso do agricultor em conservar a vegetação nativa ou recuperar passivos ambientais das suas áreas, verifica-se, portanto, nichos de demanda por reflorestamento. Os dados do SICAR possibilitam afirmar que os municípios de abrangência do MAPES possuem mais de 65% dos seus territórios cadastrados e compromissados a atender a legislação ambiental, excetuando apenas Itabela, que alcança cerca de 55% (Tabela 9). O município de Porto Seguro apresenta cadastros em aproximadamente 47% da sua extensão. Adicionadas as duas unidades de conservação (PARNA Pau Brasil e PARNA do Monte Pascoal), eleva-se a área para 65% do município.

Examinada a distribuição espacial das propriedades cadastradas no SICAR, verifica-se que “vazios” de registros concentram-se na faixa litorânea do território, especialmente nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, onde há forte intensidade da atividade turística, o que pode causar maior fracionamento territorial e desinteresse no cadastramento. Outros vazios também são encontrados ao sul dos municípios de Eunápolis e de Itabela.

Tabela 9 - Abrangência dos registros de propriedades rurais no SICAR, 2019

| Município      | Propriedades Cadastradas SICAR (n.) | Área total propriedades cadastradas (ha) | Área total do município (ha) | Área não cadastrada (ha) | Extensão territorial cadastrada (%) |
|----------------|-------------------------------------|--|------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Eunápolis      | 630                                 | 101.530                                  | 142.497                      | 40.967                   | 71                                  |
| Itabela        | 383                                 | 50.963                                   | 92.426                       | 41.463                   | 55                                  |
| Itamaraju      | 1.257                               | 153.376                                  | 235.907                      | 82.531                   | 65                                  |
| Porto Seguro   | 602                                 | 107.070                                  | 228.523                      | 121.453                  | 47                                  |
| Prado          | 916                                 | 121.097                                  | 168.569                      | 47.472                   | 72                                  |
| S. C. Cabrália | 427                                 | 102.110                                  | 146.048                      | 43.938                   | 70                                  |

De acordo com a Lei nº 12.651/2012, o proprietário rural deverá recompor passivos ambientais nas RL em até 20 anos, abrangendo a cada 2 anos, 1/10 da área total. Quantificadas a cobertura e os usos da terra nas APP e nas áreas indicadas para averbação das RL cadastradas no SICAR até o mês de abril de 2019, observou-se que cerca 15.210 hectares ou 37,5% das APP devem sofrer intervenção de recuperação da sua cobertura, no sentido de atender a legislação ambiental. As áreas de RL apresentam, por sua vez, um passivo ambiental de 26.900 hectares, 23% do conjunto (Tabela 10).

Tabela 10 - Situação das RL e APP cadastradas no SICAR até abril 2019

| Classe de Cobertura e Uso da Terra     | RL Área (ha) | APP Área (ha) | RL Conformidade legal (ha) | APP Conformidade legal (ha) |
|--|--------------|---------------|----------------------------|-----------------------------|
| Vegetação Florestal                    | 88.118       | 24.383        | <b>89.815</b>              | <b>25.348</b>               |
| Restinga/Mangue/Mussununga/Afloramento | 1.271        | 265           |                            |                             |
| Lagos, lagos, represas                 | 385          | 657           |                            |                             |
| Curso D'Água                           | 41           | 43            |                            |                             |
| Pastagem                               | 18.836       | 10.943        | <b>26.900</b>              | <b>15.210</b>               |
| Agricultura                            | 2.156        | 548           |                            |                             |
| Agricultura Anual                      | 315          | 49            |                            |                             |
| Eucalipto                              | 1.461        | 179           |                            |                             |
| Campo Úmido Degradado                  | 3.972        | 3.400         |                            |                             |
| Outras Classes                         | 160          | 90            |                            |                             |

Fonte: Marques (2015)

Considerando as APP estratificadas por municípios, observa-se que aquelas situadas na faixa litorânea apresentam maior índice de cobertura florestal, na proporção de 85% das registradas em Santa Cruz de Cabrália, 65% em Porto Seguro e 55% em Prado (Tabela 11). Por sua vez, os municípios mais interioranos têm nas APP expressivo uso pecuário, como nos casos de Itabela, que alcança 41% (1.524 ha) das margens dos cursos d'água, Itamaraju com 40% (3.320 ha) e Eunápolis com 36% (2.118 ha).

Tabela 11 – Cobertura e uso da terra em 2013, nas APP registradas no SICAR

| Classes           | Eunápolis |     | Itabela |     | Itamaraju |     | Porto Seguro |     | Prado |     | Sta. Cruz Cabrália |     |
|-------------------|-----------|-----|---------|-----|-----------|-----|--------------|-----|-------|-----|--------------------|-----|
|                   | (ha)      | (%) | (ha)    | (%) | (ha)      | (%) | (ha)         | (%) | (ha)  | (%) | (ha)               | (%) |
| Veg. Florestal    | 2.454     | 42  | 1.734   | 47  | 4.559     | 54  | 5.812        | 65  | 3.087 | 55  | 6.737              | 85  |
| Restinga          | 3         | 0,1 | 0       | 0   | 17        | 0   | 118          | 1   | 100   | 2   | 27                 | 0   |
| Lagos, represas   | 190       | 3   | 0       | 0   | 0         | 0   | 245          | 3   | 49    | 1   | 82                 | 1   |
| Curso D'Água      | 0         | 0   | 0       | 0   | 23        | 0   | 0            | 0   | 19    | 0   | 0                  | 0   |
| Pastagem          | 2118      | 36  | 1.524   | 41  | 3.320     | 39  | 2.111        | 24  | 952   | 17  | 919                | 12  |
| Agricultura       | 30        | 1   | 133     | 4   | 32        | 0   | 79           | 1   | 195   | 4   | 80                 | 1   |
| Agricultura Anual | 1         | 0   | 1       | 0   | 10        | 0   | 6            | 0   | 25    | 0   | 6                  | 0   |
| Eucalipto         | 22        | 0   | 21      | 1   | 14        | 0   | 31           | 0   | 62    | 1   | 31                 | 0   |
| C. Ú. Degradado   | 978       | 17  | 298     | 8   | 383       | 5   | 581          | 7   | 1.116 | 20  | 44                 | 1   |
| Outras Classes    | 30        | 1   | 4       | 0   | 21        | 0   | 12           | 0   | 20    | 0   | 3                  | 0   |

As APP cobertas pela vegetação de campo úmido degradado, que em muitos casos são utilizadas para atividade pecuária próximo a cursos d'água, têm sua maior expressão nos municípios de Prado e Eunápolis, alcançando 20% (1.116 ha) e 17% (978 ha), respectivamente. As APP que estão sob áreas agrícolas são pouco expressivas, alcançando a máxima de 220 hectares no município de Prado e 134 hectares em Itabela.

Considerando a conformidade das APP com a legislação ambiental nacional, os municípios de Itamaraju, Eunápolis e Porto Seguro são os que apresentam maiores extensões ao longo dos cursos d'água a serem recuperados, alcançando 3.780, 3.179 e 2.820 hectares, respectivamente (Figura 24). Dos municípios de abrangência do MAPES, Santa Cruz de Cabrália é o que possui menor área a ser recuperada, aproximadamente 1.083 hectares.

Figura 24 - Situação legal das APP nos municípios do MAPES, segundo SICAR



Fonte: Elaborada a partir de Brasil (2019)

As RL contidas no SICAR têm, em sua maior expressão, a cobertura florestal, alcançando 20.611 ha em Itamaraju. Em menor quantidade, mas de elevado valor ecológico, as restingas, mangues, mussunungas ou afloramentos

rochosos (campos rupestres), com maior extensão nas RL de Itamaraju com 402 ha e Prado com 370 ha (Tabela 12).

Tabela 12 - Cobertura e uso da terra em 2013, nas RL registradas no SICAR

| Classes             | Eunápolis | Itabela | Itamaraju | Porto Seguro | Prado  | Cabrália |
|---------------------|-----------|---------|-----------|--------------|--------|----------|
| Vegetação Florestal | 10.125    | 6.603   | 20.611    | 17.104       | 14.636 | 20.559   |
| Restinga...         | 64        | 2       | 402       | 308          | 370    | 125      |
| Lagos, represas     | 171       | 75      |           | 66           | 44     | 30       |
| Curso D'Água        | 0         | 0       | 13        | 0            | 28     | 0        |
| Pastagem            | 5.610     | 2.529   | 4.210     | 3.067        | 1.626  | 2.242    |
| Agricultura         | 188       | 522     | 127       | 305          | 810    | 241      |
| Agricultura Anual   | 12        | 0       | 111       | 16           | 67     | 110      |
| Eucalipto           | 271       | 140     | 28        | 285          | 363    | 417      |
| Campo Ú. Degradado  | 886       | 239     | 447       | 401          | 1.925  | 74       |
| Outras Classes      | 64        | 12      | 16        | 29           | 25     | 27       |

Fonte: Elaborada a partir de Brasil (2019)

As áreas de pastagens e campo úmido degradado representam as maiores extensões que demandam recuperação nas RL. O município de Eunápolis e de Itamaraju são os que têm em suas RL maiores extensões de pastagens, alcançando 5.610 ha e 4.210 ha, respectivamente. A pecuária, as atividades agrícolas e as da produção de eucalipto devem ser observadas no sentido da proposição de conversão ao estado natural. Estas áreas naturalmente necessitarão de intervenção maior para sua recuperação.

Quando analisadas as RL por municípios, para todas aquelas indicadas no SICAR até abril de 2019, incluindo os minifúndios, verifica-se importante demanda para recomposição vegetal nativa, devido ao passivo apresentado. Os municípios mais demandantes em ordem de grandeza são: Eunápolis (7.031 ha), Itamaraju (4.939 ha) e Prado (4.816 ha), conforme Figura 25. Ressalta-se que, por força do art. 67 da Lei 12651/2012, as propriedades com área inferior a 4 módulos fiscais ficam isentas de recuperação das RL, o que representa 4% da extensão territorial aqui mencionada.

Figura 25 - RL dos municípios do MAPES, registradas no SICAR



Fonte: Elaborada a partir de Brasil (2019)

Considerando as propriedades cadastradas até abril 2019 no SICAR e que se encontram nas áreas prioritárias para recuperação dos PMMA (BRASIL, 2018), verifica-se a existência de 772 propriedades com 166.760 hectares (Tabela 13). O município de Itamaraju registra 8 propriedades, entretanto este município ainda não foi contemplado com os PMMA, estando estas áreas citadas abrangendo o vizinho município de Itabela, motivo pelo qual estão aqui relacionadas.

Tabela 13 - Propriedades em áreas prioritárias para recuperação no PMMA

| Município              | N. Propriedades | Área (ha) |
|------------------------|-----------------|-----------|
| Eunápolis              | 192             | 47.960    |
| Itabela                | 160             | 25.252    |
| Itamaraju              | 8               | 3.807     |
| Porto Seguro           | 308             | 53.340    |
| Santa Cruz de Cabrália | 104             | 36.401    |

Fonte: Elaborada a partir de Brasil (2018)

Analisadas quantitativamente as áreas naturais e antropizadas nas APP e RL cadastradas no SICAR e com prioridade para recuperação pelos PMMA, observou-se que cerca 2.333 hectares em APP devem sofrer intervenção de recuperação da vegetação natural, enquanto as RL apresentam passivo ambiental de 4.641 hectares (Tabela 14).

Tabela 14 - Propriedades em APP e RL para recuperação no PMMA

| Classes               | APP       | RL        | Aspecto Legal |         |
|-----------------------|-----------|-----------|---------------|---------|
|                       | Área (ha) | Área (ha) | APP (ha)      | RL (ha) |
| Vegetação Florestal   | 3.780     | 14.490    |               |         |
| Restinga...           | 20        | 106       | 4.007         | 14.672  |
| Lagos e represas      | 208       | 76        |               |         |
| Pastagem              | 1.609     | 3.358     |               |         |
| Agricultura           | 147       | 526       |               |         |
| Agricultura Anual     | 0         | 19        | 2.333         | 4.641   |
| Eucalipto             | 28        | 309       |               |         |
| Campo Úmido Degradado | 535       | 404       |               |         |
| Outras Classes        | 13        | 25        |               |         |

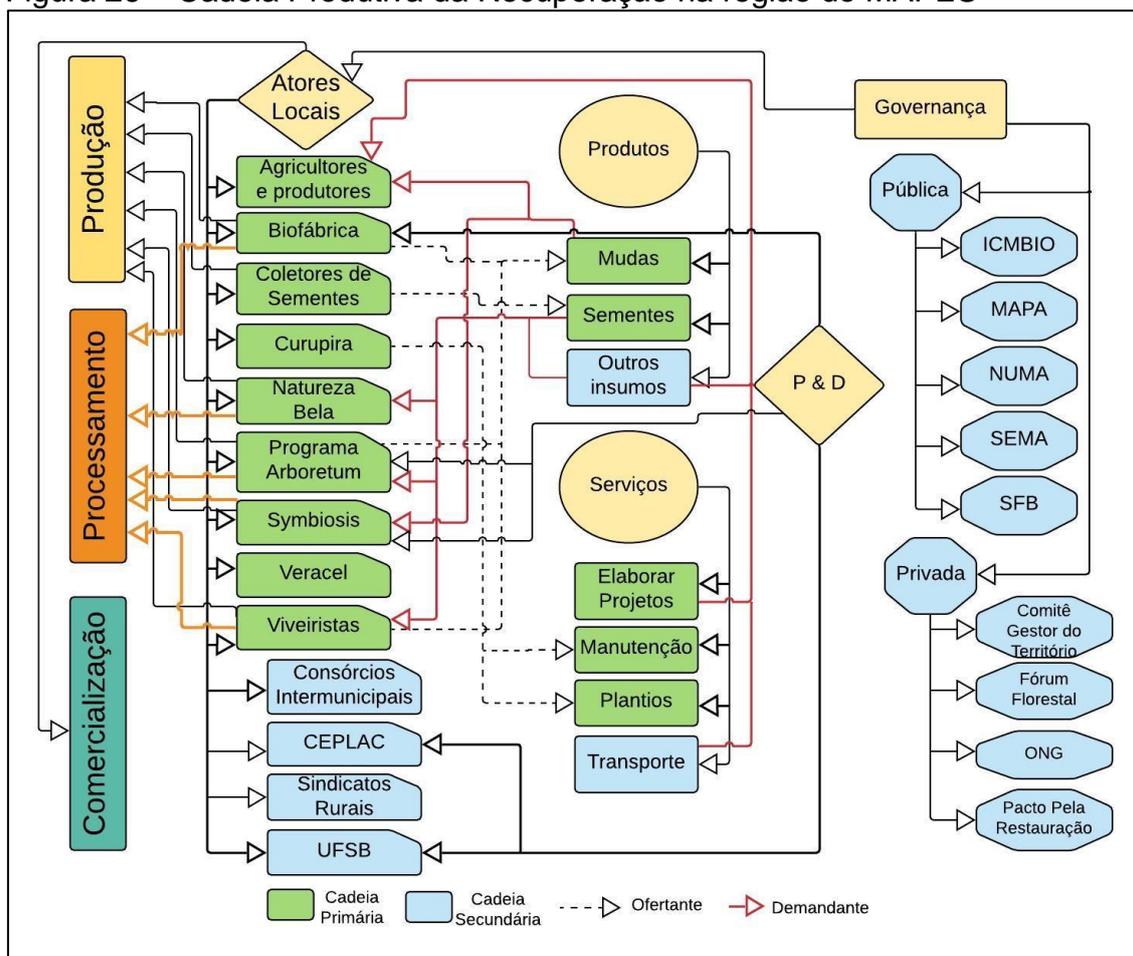
Fonte: Elaborada a partir de Brasil (2018)

### 3 CADEIA PRODUTIVA DA RECUPERAÇÃO FLORESTAL

As cadeias produtivas podem ser conceituadas como ferramenta didática apresentada como um sistema interligado por meio de fluxos de materiais, de capital e informação (CASTRO et al., 2002). Corresponde ao conjunto de atividades que se relacionam desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização e constituindo-se de elos de uma corrente, o que possibilita visualizar o processo produtivo de modo integral e identificar fatores e condicionantes da competitividade.

Um olhar superficial dessa cadeia gera a falsa impressão de que ela é simples, formada por coletores de sementes, viveiristas e produtores rurais. Porém, ao realizar uma análise mais aprofundada, verifica-se um nível de sofisticação, mesmo tendo como produto final apenas a área recuperada. Os levantamentos realizados no MAPES possibilitaram perceber que a estrutura dessa cadeia produtiva envolve um grupo de fornecedores, um de prestadores de serviços, um de fomentadores e um de governança (Figura 22).

Figura 26 – Cadeia Produtiva da Recuperação na região do MAPES



Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa

Ao analisar a Figura 26, denota-se a separação entre os elos primários, ou seja, aqueles mais relevantes (Cadeia Primária) dos elos complementares (Cadeia Secundária). Verifica-se também que a cadeia produtiva regional está estruturada nos processos de produção, processamento e comercialização, apresentando os atores que estão ligados a cada processo. No MAPES foi observado que a dinâmica da recuperação está estruturada no entendimento de que o produto final deste processo são as áreas recuperadas, envolvendo fornecedores, prestadores de serviços, fomentadores e atores de governança.

Os **fornecedores** estão na base do processo, formado pelos coletores de sementes e produtores de mudas (Tabela 15). O grupo dos **prestadores de serviços** é composto por empresas, associações e pessoas físicas, que realizam os plantios e a manutenção, elaboram os projetos técnicos de recuperação e cuidam da logística. Os **fomentadores** são aqueles que trabalham criando oportunidades para a realização dos projetos de recuperação, promovendo pesquisas e capitando recursos financeiros e técnicos. E, finalmente, a **governança** é composta por organizações que fazem articulações institucionais, promovendo a troca de informações entre os atores sociais e políticos.

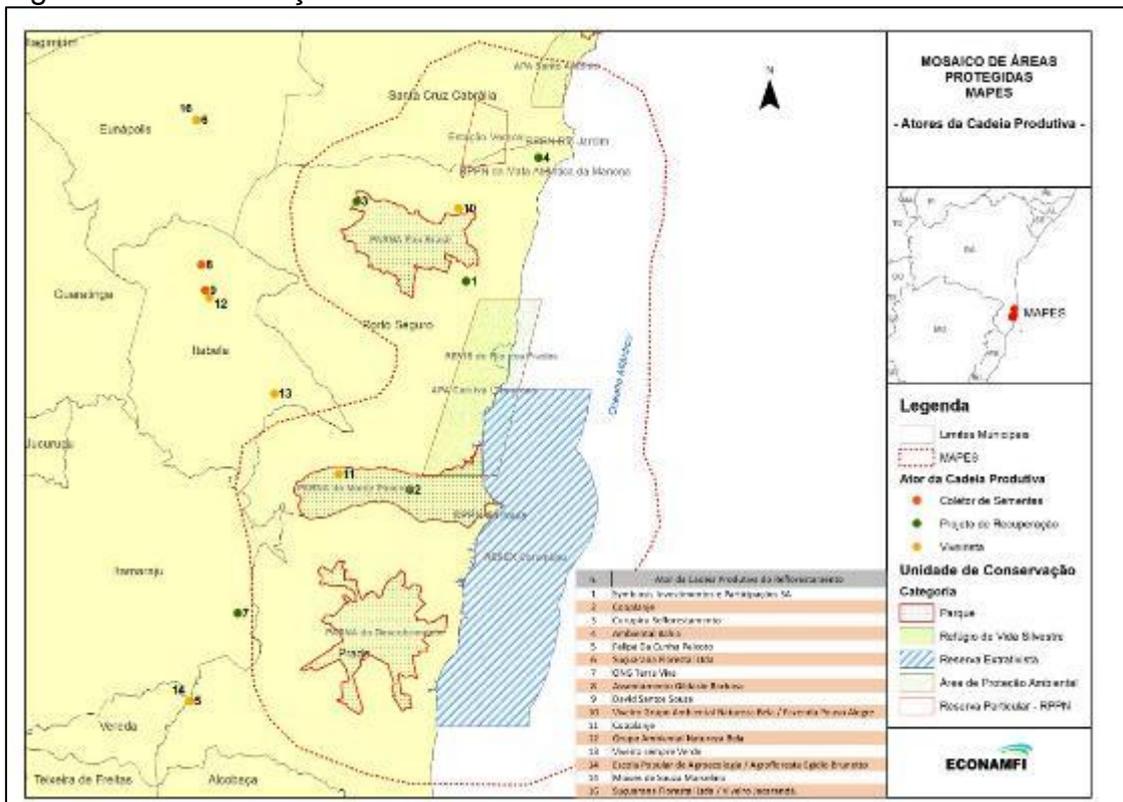
Tabela 15 – Atores da Cadeia Produtiva da Recuperação do MAPES

| Grupos                          | Atores   | Segmentos            |
|---------------------------------|--|----------------------|
| <b>FORNECEDORES</b>             | Viveiro Sempre Verde                                       | Viveirista           |
|                                 | Escola Pop. de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto | Viveirista           |
|                                 | Viveiro Jacarandá  | Viveirista           |
|                                 | Natureza Bela  | Viveirista           |
|                                 | Moisés de Souza Marcelino                                  | Viveirista           |
|                                 | COOPLANJÉ  | Viveirista           |
|                                 | Projeto ARBORETUM  | Viveirista           |
|                                 | Assentamento Gildasio Barbosa                              | Coletor de sementes  |
|                                 | David Santos Souza   | Coletor de sementes  |
|                                 | Symbiosis Investimentos                                    | Viveiros e Cultivos  |
| <b>PRESTADORES DE SERVIÇO</b>   | COOPLANTAR   | Plantio e manutenção |
|                                 | COOPLANJÉ  | Plantio e manutenção |
|                                 | Curupira Reflorestamentos                                  | Plantio e manutenção |
|                                 | Sucupira   | Plantio e manutenção |
| <b>FOMENTADORES/ GOVERNANÇA</b> | Natureza Bela  | ONG                  |
|                                 | MDPS   | ONG                  |
|                                 | CEPLAC   | P&D                  |

|                               |                             |
|-------------------------------|-----------------------------|
| ICMBIO                        | Gestão Socioambiental       |
| MAPA                          | Normatizador e Fiscalizador |
| NUMA/MP [1]                   | Fiscalizador                |
| SEMA                          | Fiscalizador                |
| SFB                           | Fomentador                  |
| Comitê Gestor dos Territórios | Diálogo                     |
| Fórum Florestal               | Diálogo e Fomentador        |

As entrevistas realizadas com 16 atores locais que atuam diretamente com ações de recuperação (Cadeia Primária), via aplicativo ODK (*Open Data Kit*), possibilitaram registrar as respectivas coordenadas geográficas (Figura 27) e informações produtivas e comerciais que serão base para as análises econômicas e financeiras (Anexos: Arquivo KML e Excel). Além destes, foram realizadas interações (Reuniões, Apresentações, Diálogos) com diferentes atores: representantes da empresa Veracel Papel e Celulose e do ICMBIO, com técnicos do Programa Arboretum, com representantes do Fórum Florestal do Extremo Sul, com equipe da instituição Natureza Bela. Ademais, foram realizadas tentativas de reunião com o NUMA, sem sucesso.

Figura 27 – Distribuição dos atores entrevistados



Foram entrevistados dois coletores de sementes, pontos 8 e 9, durante a etapa de levantamento de campo, pois estes continuam atuantes na atividade.

Ambos coletam em áreas do MAPES, principalmente no entorno do PARNA Monte Pascoal, receberam treinamento específico, mas não possuem RENASEM, nem estrutura adequada de armazenamento. Relatam que a demanda por sementes está baixa e que só coletam por encomenda e que, atualmente, são feitas basicamente por ONG. Apontam como principais desafios a dificuldade de encontrar matrizes, a falta de recursos financeiros, a falta de equipamentos de escalada, a baixa demanda, o preço e estrutura de armazenamento.

O levantamento de campo identificou sete viveiros, pontos 10 ao 16, sendo que, destes, dois não têm RENASEM. Juntos possuem uma capacidade de produção de 1.660.000 mudas, mas produzem aproximadamente 770 mil por ano, de até 250 espécies da Mata Atlântica. Outros quatro ofertam suas mudas por espécies e dois, mix por grupo. Todos os viveiros indicam ter recebido algum tipo de treinamento, que suas vendas estão relacionadas diretamente a projetos de recuperação, principalmente os desenvolvidos por iniciativas de ONG e de empresas de celulose e, como dificuldades, indicam a falta de capital de giro, o pequeno número de projetos de recuperação e a falta de financiamento.

Figura 28 – Viveiro na área do MAPES



Seis projetos de recuperação foram levantados nos trabalhos de campo, sendo dois para recuperação de área degradada em área de UC (Figura 29); um exclusivamente para recuperação de APP; um de APP e RL; e dois com o conceito de recuperação produtiva, sendo um SAF em área de APP e outro para manejo de madeira. Juntos esses projetos somam 670 ha de áreas recuperadas, um investimento de aproximadamente R\$ 8,7 milhões, sendo R\$ 6,2 milhões de recursos capitados por ONG em fundos públicos e privados. Vale ressaltar que

estes projetos foram de intervenção direta com o plantio de cerca de 1.650 mudas por hectares em média.

Figura 29 – Área recuperada no PARNA Pau Brasil



Os levantamentos realizados reforçam a tese de que a cadeia produtiva da recuperação no MAPES depende das ações de Instituições do Terceiro Setor (ONG). Como estas, nas últimas décadas, enfrentaram um processo árduo de desmobilização em função da escassez de recursos, conseqüentemente impactos negativos fluíram sobre a cadeia da recuperação ambiental.

Na atualidade, apenas a Organização Natureza Bela, com apoio do BNDES, desenvolve ações de recuperação ambiental, que vão desde a produção de mudas a plantio de áreas. Outras instituições, a exemplo do Instituto Bioatlântica (IBIO), Instituto Cidade, Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS), Flora Brasil e Conservação Internacional, já desenvolveram ações de recuperação. A participação da Equipe da Econamfi no dia de campo realizado pela Natureza Bela (Figura 30) possibilitou a interação com diferentes atores regionais que atuam com ações de recuperação ambiental.

Figura 30 – Dia de campo do Natureza Bela



Com relação às ações de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), cinco instituições aportam recursos e tecnologia na criação de modelos de recuperação, na marcação de matrizes e montagem de viveiros. A Biofábrica, o Programa Arboretum, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

(CEPLAC), a Symbiosis e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) são as instituições de P&D na Cadeia Produtiva da Recuperação do MAPES.

O Programa Arboretum desenvolve ações que fortalecem a Cadeia Produtiva. Com estratégias de Núcleos em diferentes comunidades, possibilita a estruturação de viveiros e grupos de coletores de sementes. Incentiva também a recuperação de áreas degradadas.

Outra ação de recuperação representativa no MAPES é realizada pela Symbiosis Investimentos (Figura 31), empresa que foca nas áreas de investimentos e operacional. Controla o ciclo completo do processo a partir da seleção de espécies, árvores matrizes, sementes, mudas, formação e manejo dos povoamentos florestais até o produto final ao consumidor. São 861 hectares de plantio, contando com, aproximadamente, 4 mil matrizes já marcadas, envolvendo 22 espécies de alto valor econômico e ocorrentes na Mata Atlântica.

Figura 31 – Demonstração do reflorestamento da Symbiosis Investimentos localizada em Porto Seguro



O diagnóstico possibilitou elaborar uma análise SWOT de toda a Cadeia local. Essa análise (FOFA em português) corresponde a uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão, planejamentos estratégicos e planos de negócios, com a qual as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças são organizadas em quadrantes de uma matriz (STONE, 2001).

A análise FOFA contempla o ambiente interno (Forças e Fraquezas) e o ambiente externo (Oportunidades e Ameaças) dos processos verificados. Os objetivos da sua aplicação são: (i) conhecer e buscar meios para fortalecer os pontos fortes; (ii) conhecer e buscar caminhos para eliminar os pontos fracos; (iii) buscar formas de aproveitar as oportunidades identificadas; e, (iv) identificar as ameaças aos processos produtivos a fim de montar formas de, pelo menos, amenizar seus possíveis impactos negativos. Verifica-se, por exemplo, que o MAPES tem como força o agrupamento de instituições responsáveis por P&D voltadas para a recuperação. Por outro lado, os incêndios não controlados, comuns na região, constituem uma ameaça aos projetos de recuperação (Figura 32).

Figura 32 – Análise SWOT da Cadeia Produtiva da Recuperação do MAPES

|  |  |
|--|--|
| <p><b>Forças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituições com <i>know how</i> no processo de recuperação ambiental</li> <li>- Cultura de recuperação ambiental existente na região</li> <li>- P&amp;D desenvolvido na região (Arboretum, Biofábrica, CEPLAC, Symbiosis e UFSB)</li> <li>- Experiência com fundo de investimento voltado para a recuperação ambiental (Symbiosis)</li> <li>- Ministério Público Estadual atuante nas questões ambientais</li> <li>- Atualização, a cada 2 anos, do estágio da Cobertura e uso da Terra no MAPES</li> </ul> | <p><b>Fraquezas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mercado não consolidado</li> <li>- Insegurança jurídica com a futura comercialização das madeiras plantadas</li> <li>- Redução da quantidade de instituições do Terceiro Setor</li> <li>- Limitado nível de profissionalização nos elos da cadeia</li> <li>- Limitada assistência técnica e extensão rural, principalmente pública, destinada a projetos de recuperação ambiental</li> <li>- Mecanismos financeiros inovadores para incentivar projetos de recuperação ambiental</li> </ul> |
| <p><b>Oportunidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 26.900 hectares de RL e 15.210 ha de APP passíveis de recuperação ambiental na área do MAPES</li> <li>- Áreas prioritárias para recuperação estabelecidas pelo Plano de Integração dos PMMA</li> <li>- Metas do Acordo de Paris</li> <li>- Grandes blocos florestais que contribuem biologicamente para o desenvolvimento das áreas recuperadas</li> <li>- Implementação do PROVEG/PLANAPEG</li> </ul>  | <p><b>Ameaças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incêndios não controlados</li> <li>- Mudança na política ambiental: flexibilização do Código Florestal (Lei 12.651/2012); Descumprimento do Acordo de Paris</li> <li>- Redução/extinção de recursos públicos destinados a projetos de restauração, a exemplo do Fundo Amazônia que financia as ações desenvolvidas pela instituição Natureza Bela</li> </ul>  |

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando a dinâmica dos projetos de recuperação florestal nativa na região do MAPES fica evidente seu funcionamento intermitente, a base de projetos, públicos e/ou privados, para ações pontuais, dificultando a consolidação de investimentos na oferta de insumos e serviços relacionados à recuperação florestal.

O levantamento de informações, com base em relatórios, interações e em entrevistas, indica que no início dos anos 2000 houve um movimento no sentido de estruturar uma lógica de recuperação da vegetação nativa que promovesse oportunidades de geração de emprego e renda, culminando na formação de uma economia verde.

Projetos desenvolvidos por diferentes atores ajudaram na criação em 2005 da Cooperativa de Reflorestadores de Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia (COOPLANTAR). A Cooperativa nasce de um processo de discussão da comunidade que tinha em seu anseio o aproveitamento das oportunidades de trabalhos associados à recuperação da cobertura florestal, no sentido de atender proprietários rurais que buscavam adequar suas propriedades à legislação ambiental.

Destacam-se nesse processo de estruturação da cadeia os projetos de cunho ambiental capitaneados pelas ONG com atuação na região do MAPES. Por mais de 10 anos diversas iniciativas nessa linha foram implementadas, que vão desde a criação de um ambiente propício ao reflorestamento, a exemplo da difusão de informação e ampliação da capacidade técnica dos trabalhadores rurais, até a implantação dos modelos de recuperação. Nos últimos anos, a desarticulação das instituições ambientais e a escassez de recursos financeiros voltados ao melhoramento ou conservação ambiental promoveram um enfraquecimento do movimento e, naturalmente, da cadeia produtiva do reflorestamento nativo.

Vale salientar o impacto da legislação como fator impulsionador da cadeia. As ferramentas criadas para manutenção dos recursos ambientais previstos pela Lei 12.651/2012, a exemplo do SICAR, no âmbito nacional, ou do CEFIR, no âmbito estadual, podem desencadear positivamente a demanda pela recuperação florestal. Por outro lado, a reincidência da prorrogação do prazo para o cumprimento da Lei pelos agricultores leva este ao descrédito e, conseqüentemente, à banalização do compromisso ambiental.

Com relação à existência de oportunidades para ações de recuperação ambiental no MAPES, as modelagens com dados de produção, os dados do SICAR/CEFIR e os resultados dos PMMA sinalizam para a existência de áreas para recuperação: 15.210 hectares de APP e 26.900 de RL.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. C. P. et al. A economia do cacau no Sul da Bahia. In: GOMES, A. S.; PIRES, M. M. (Org.). **Cacaucultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas**. Ilhéus: Editus, 2015, 272 p.

ATLASBRASIL - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Caracterização do Território**. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/> Acesso em: 15 fev. 2019.

BAHIA. Casa Civil. **Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010 - Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências**. Salvador, BA, 2010. Disponível em: < <http://www.legislabahia.ba.gov.br/>> Acesso em: 04 fev. 2016.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **Parque Fabril**. Ilhéus, BA: Biofábrica, 2018. Disponível em: <<https://www.biofabrica.org.br/parque-fabril>> Acesso em: 05 fev. 2018.

BAHIA – Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Estudo de Potencialidades Econômicas - Costa do Descobrimento**. Salvador, BA, 2016. Disponível em: <<http://www.sde.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-11590.pdf>> Acesso em: 18 mai 2019.

BAHIA. Secretaria de Planejamento da Bahia – SEPLAN. **Caracterização dos Territórios de Identidade**. Salvador, SEPLAN, 2013. Disponível em: < [http://www.zee.ba.gov.br/zee/wp-content/uploads/2016/produtos/CARACTERIZACAO\\_DOS\\_TERRITORIOS\\_DE\\_IDENTIDADE.pdf](http://www.zee.ba.gov.br/zee/wp-content/uploads/2016/produtos/CARACTERIZACAO_DOS_TERRITORIOS_DE_IDENTIDADE.pdf)> Acesso em: 06 mai. 2019.

BAHIA - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Sistema de Informações Municipais**. Salvador, 2019. Disponível em: <<http://sim.sei.ba.gov.br/sim/index.wsp>> Acesso em: 15 fev. 2019.

BARBOSA, F.A.; GRAÇA, D.S.; ANDRADE, V.J.; CEZAR, I.M.; SANTOS, G.G.; SOUZA, R.C. Produtividade e eficiência econômica de sistemas de produção de cria, recria e engorda de bovinos de corte na região sul do estado da Bahia. **Arquivo Brasileiro Medicina de Veterinária e Zootecnia**, v.62, p.677-685, 2010.

BARRETO, R. M. (org.). **Bahia 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 152 p. Disponível em < <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/Bahia-web.pdf>> Acesso em: 27 jun. 2016.

BRASIL. INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Brasília, DF, 2013. Disponível em: < [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices\\_basicos\\_2013\\_por\\_municipio.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf) > Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Integração Regional de 10 Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica nas regiões Sul e Extremo Sul da Bahia**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: < <file:///C:/Users/Sony/Downloads/Integracao%20regional%20PMMA%20BA.pdf>> Acesso em: 6 mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Nº 492, de 17 de dezembro de 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas.html?download=825:portaria-n-492-de-17-de-dezembro-de-2010>. Acesso em: 28 abr. 2019

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 9.985, de 18/7/2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, **Diário Oficial da União**, p. 1, 19/7/2000.

BRASIL. Presidência da República. Lei 12.651 de 25/3/2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, **Diário Oficial da União**, p. 1, 28/5/2012.

BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro. **SICAR**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: < <http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>> Acesso em: 16 abr. 2019.

BRITO, D. M. C. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 4, p. 51-58, 2011.

CARVALHO JÚNIOR, J. N. **Diagnóstico da pecuária leiteira na microrregião de Itapetinga-Bahia**. Itapetinga-BA: UESB, 2011, 119 fl.

CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. spe, p. 1011–1042, 2012.

CEPLAC - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. PAC CACAU - **Plano executivo para aceleração do desenvolvimento e diversificação produtiva da região cacauqueira da Bahia**. Ilhéus-BA, 2008.

CERQUEIRA NETO, S. P. G. Três décadas de eucalipto no Extremo Sul da Bahia. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, 31, p. 55 - 68, 2012.

FERREIRA, C. L. R.; PEREIRA, K. A.; LOGAREZZI, A. J. M. Territorialização no Extremo Sul na Bahia e Conflitos Socioambientais: disputando modelos de educação e desenvolvimento. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 739-764, Abril. 2019. <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p739>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol. XXVI, Rio de Janeiro, 1959.

\_\_\_\_\_. **Estatística da Produção Pecuária**. 2018. Disponível em: < [file:///C:/Users/Sony/Downloads/abate-leite-couro-ovos\\_201801caderno.pdf](file:///C:/Users/Sony/Downloads/abate-leite-couro-ovos_201801caderno.pdf)> Acesso em: 19 mai 2019.

IMAFLOA. **Atlas – A geografia da agropecuária brasileira**. 2018. Disponível em: < <http://atlasagropecuario.imaflora.org/pesquisa-agropecuaria>> Acesso em: 20 abr 2019.

ISA – Instituto Socioambiental. **Povos indígenas no Brasil**. ISA, 2014. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3> > Acesso em: 24 abr. 2019.

LIMA, R. M.; SHIRAIISHI NETO, J. Conflitos socioambientais: o direito ambiental como legitimador da atuação do estado no Jardim Icaraí, Curitiba. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 133-148, 2015.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LOBÃO, D. E.; VALERI, S. V. Sistema cacau-cabruca: conservação de espécies arbóreas da floresta atlântica. **Agrotrópica**, v. 21, n. 1, p. 43-54, 2009.

MALINA, L. L. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

MARQUES, A. C. (Coord.) **Monitoramento independente da cobertura florestal das bacias setentrionais do Extremo Sul da Bahia**. Econamfi, 2015.

ORTIZ-T, P. (Org.) **Comunidades y conflictos socioambientales: experiências y desafios em América Latina**. Programa Bosques, Arboles y Comunidades Rurales (FTPP) – FAO, 1999. Disponível em: <<https://repository.unm.edu/bitstream/handle/1928/10717/Comunidades%20y%20conflictos%20socioambientales.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01 jan. 2016.

PEDREIRA, M. S. **O complexo florestal e o Extremo Sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região**. Tese de doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, RJ 2008.

PROGRAMA ARBORETUM. **Linhas de ação**. Teixeira de Freitas, BA, 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/programaarboretum/photos/a.333608983503048/624938364370107/?type=3&theater>> Acesso em: 5 mai. 2019.

ROCHA, L. B. **A região cacauieira da Bahia – dos coronéis à vassoura de bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus: Editus, 2008.

SOUZA, E. Jr. C. **Políticas territoriais do estado da Bahia: regionalização e planejamento**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

STONE, P. **O plano de negócios definitivo**. São Paulo: Market Books, 2001.

VARGAS, G. M. Conflitos sociais e sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 2, p. 191-203, 2007.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

## Anexo 1 – Pauta de reunião do Fórum Florestal



### **PAUTA DE REUNIÃO da 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Local: Pousada Aldeia Portuguesa, Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabralia

**Data: 21 e 22 de março de 2019**

**Dia 21/03**

**10h Reuniões setoriais**

**12h Almoço**

**13:30 Início da Plenária**

- **Apresentação INEMA/SEMA** - Ações e estrutura de combate a incêndio florestais do Estado da Bahia em 2019
- **Apresentação Natureza Bela** – Trabalhos de revegetação no Território Indígena de Barra Velha
- **Apresentação Programa Arboretum** – Produção em florestas nativas – Hileia Baiana
- **Apresentação ECONAMFI** - Análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa na região do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES)